

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

PROGRAMA ELEITORAL | PORTO | AUTÁRQUICAS 2021

PORTO: a nossa CA(u)SA

O **PAN - Pessoas-Animais-Natureza** encara a política como veículo para a mudança que queremos ver no mundo. É por isso que levamos tão a sério a confiança que as pessoas depositam em nós e é também por isso que nos dedicamos tão afincadamente no exercício dos nossos mandatos autárquicos. Sentimos a responsabilidade de ser a voz de quem nos confiou o seu voto e, simultaneamente, almejamos contribuir, o melhor que podemos e sabemos, para servir o nosso próximo. Aliás, foi o que fizemos nestes últimos quatro anos com uma só eleita na Assembleia Municipal. Com muita resiliência, colocamos e confrontamos o executivo com mais de 100 questões. Apresentamos uma série de recomendações formais para os orçamentos municipais, procurando ecoar as respostas das pessoas do Porto nos sugeriram ao nível da habitação, da mobilidade, do ambiente, da economia local, da educação, da saúde e da proteção animal. Mas, a verdade é que com uma só eleita o trabalho é demasiado exigente. Por isso, precisamos de ter mais vozes para as causas PAN.

Apresentamo-nos às Eleições Autárquicas 2021 com um programa eleitoral orientado por uma visão ecocêntrica que perspectiva a saúde humana e a saúde do planeta como duas faces de uma mesma moeda, afirmando que só com uma visão integrada poderemos alcançar aquilo que comumente chamamos de qualidade de vida e qualidade ambiental.

Os próximos quatro anos serão, pois, especialmente complexos à escala global e à escala local, com os municípios a serem chamados para a linha da frente para implementarem políticas públicas, através de fundos europeus, num cenário de crise climática e de descentralização de competências. Esta

conjuntura pode permitir aproximar as respostas necessárias às populações. Mas também pode acarretar o risco de, sem planeamento e sem os investimentos adequados, as respostas acontecerem de forma fragmentada.

Organizamos o nosso programa autárquico com a consagração de propostas que abarcam os vários ciclos de vida das cidadãs e cidadãos nas diferentes dimensões do quotidiano a nível municipal. Este programa é claramente marcado pelo traço distintivo do PAN, sempre com total respeito pelas demais formas de vida e pela nossa casa comum: o planeta Terra. Para nós o caminho faz-se com políticas que permitam colocar pessoas, animais e natureza a coabitar harmoniosamente, e onde haja espaço para todos, com respeito e dignidade.

A proposta que se segue organiza-se em dois capítulos. O primeiro que chamamos “em jeito de síntese” está focado nas propostas que destacamos de todo o programa. O segundo capítulo apresenta um maior desenvolvimento das nossas propostas, da nossa visão e programa.

Capítulo I. “Em jeito de síntese”:

Ação climática, Ambiente, Mobilidade, Ordenamento do Território e Saúde:

As políticas do atual executivo nestas matérias têm-se mostrado claramente incoerentes. Por exemplo na proposta de PDM (Plano Director Municipal) apresentada pelo atual executivo há a primazia da construção e da impermeabilização continuar a privilegiar o betão, grandes centros comerciais ou hipermercados, em detrimento de espaços verdes de proximidade ou da reconstrução. Temos outra visão para o Porto em linha com as exigências ambientais atuais. A designação de áreas protegidas é uma das medidas aplicadas com o objectivo de promover a conservação da biodiversidade e a restauração ecológica dos ecossistemas e é o que o PAN propoe para o rio Douro. A causa da poluição, em particular dos rios e massas de água, tem origem na atividade humana e é urgente, recuperar os ecossistemas e garantir a despoluição destes cursos, recorrendo a uma maior transparência dos dados. Lembramos que por proposta do PAN na Assembleia Municipal, a empresa municipal águas do Porto, passou a tornar publico os dados que comunica à APA, referente às análises de água que saem das ETARs do Freixo e de Sobreiras. Mas entendemos que o executivo municipal do Porto deve liderar estas matérias dando o exemplo e passando também a divulgar os dados referentes aos coliformes fecais e à bactéria e.coli. Mais, deve fazer análises periódicas às águas das ribeiras do Porto para identificar focos de poluição. E claro, divulgá-los às pessoas do Porto, assumindo aqui uma clara motivação de transparência ambiental (isto, a par das restantes formas de monitorização que já explanamos anteriormente).

Das nossas propostas nestas matérias destacamos:

- Atlas das alterações climáticas a verter em plano municipal e no PDM;
- Monitorização transparente da biodiversidade, do ruído, da qualidade do

- ar e da água, com a participação cidadã (app ou plataforma);
- Estudo da pegada ecológica municipal (biocapacidade);
 - Plano municipal de combate ao desperdício alimentar;
 - Regulamento municipal de proteção do arvoredo urbano;
 - a reivindicação municipal do plano de gestão do estuário do douro;
 - a reivindicação municipal pela integração do plano de gestão do estuário do ouro no plano de gestão da região hidrográfica 2022;
 - a reivindicação da classificação do estuário do douro como usa sensível;
 - delimitação da zona REN do Porto, com identificação de zonas inundáveis e zonas nas quais a construção jamais será permitida;
 - promoção de ações de educação e de sensibilização ambiental e a criação de mecanismos para aumentar a vigilância e atuação com rigor em caso de infração;
 - integrar nas análises às águas que saem das ETAR as análises aos coliformes fecais e às bactérias e.coli e torná-las públicas;
 - analisar periodicamente as massas de águas das ribeiras do Porto para identificar focos de poluição e garantir monitorização, tornando estas análises públicas;
 - Identificar todos os locais de possíveis espaços verdes de proximidade e proceder à sua criação;
 - Rede de bebedouros “refill” inclusivos e que também permitam abeberar animais;
 - Implementar eixos seguros para a modalidade suave entre escolas e no acesso a bens e serviços;
 - Eliminar as barreiras arquitetónicas que dificultam a inclusão, inviabilizam o acesso aos transportes públicos e obstaculizam uma cidadania ativa;
 - Atualizar e implementar o PMUS que deve incluir Estratégia Municipal para a Mobilidade Ativa garantindo um plano intermodal e eixos cicláveis eficientes;
 - Implementar um projeto piloto de bike sharing;
 - Revisão de todos os trechos destinados a meios cicláveis, corrigindo erros e ligando-os;

- Ligar a cidade com eixos cicláveis, priorizando zonas residenciais a escolas e aos pólos universitários;
- Ampliar a abrangência das Zonas 30km que são fundamentais para uma maior segurança de quem se desloca em meios suaves/ativos;
- Limitar o tráfego de atravessamento e redução da velocidade nas ruas em redor de escolas; Incentivos municipais às compras de bicicletas nas lojas/empresas que existem na cidade
- Implementar a travessia fluvial Porto-Gaia através de barco elétrico;
- Valorizar o rio Douro e liderar pela existência do plano de gestão do estuário do Douro;
- Através da administração da STCP aumentar a área coberta, as rotas, a periodicidade, e estruturando-as a nível supramunicipal e reduzir os tarifários;
- Liderar o processo do Programa Metropolitano para a Qualificação Urbana da Estrada da Circunvalação (aprovado desde 2015) e que inclui a implementação de um transporte público rápido;
- Reivindicações da CMP ao Governo: Defender uma expansão do metro 1)linha do campo alegre, 2) Parque Oriental; 3)Casa da Música ao Marquês;Aposta nas ligações ferroviária internacionais e melhorar as ligações nacionais
- Garantir estacionamento gratuito para veículos eléctricos nos parques de estacionamento municipais;
- Permitir que os residentes utilizadores de veículos eléctricos carreguem o seu veículo nos postos disponíveis para a frota municipal nos parques de estacionamento;
- Ampliar a rede de carregadores de veículos eléctricos no município; com a obrigatoriedade de pré-instalação de carregadores nas garagens dos edifícios que vão ser construídos;
- Implementar a licença para táxis eléctricos (simbólica de 7 eur - dez vezes menos);
- Instalar carregadores nas praças de táxis onde os veículos de empresas da cidade possam carregar gratuitamente,
- Definir zonas onde apenas podem aceder taxis eléctricos (instituindo um

período transitório com metas)

- Estratégia Local para a Eficiência Energética e de combate à Pobreza Energética
- Realização de estudo sobre a poluição luminosa;
- Criar espaços de utilização pública livre, com condições e equipamentos adequados para a prática desportiva, distribuídos de forma equitativa e com segurança pelo município;
- Funcionar em rede com os clubes desportivos, reforçando respostas em falta como nutrição e saúde mental;

A perspetiva do PAN para a saúde é que esta é uma área transversal a todos os domínios das políticas públicas locais e que, como tal, os executivos municipais devem integrar preocupações com a promoção e proteção da saúde, privilegiando a prevenção e considerando esta dimensão em todas as decisões públicas locais. Tal deve ser assegurado através de técnicas/os municipais especializadas/os nas áreas da saúde e parcerias com entidades e organismos representativos desta área.

No PAN entendemos a saúde como um recurso individual e coletivo que exige literacia, responsabilidade, empoderamento para a ação preventiva e a auscultação participada de todos os setores e grupos sociais. Entendemo-la também numa dimensão longitudinal, ao longo da vida, onde os primeiros anos de desenvolvimento são essenciais para uma melhor condição de vida futura, minimizando o sofrimento e reduzindo custos de vida pessoais, familiares, sociais e económicos. Finalmente, porque o estado de saúde se encontra fortemente relacionado com as iniquidades e condições de vida das populações, e sabendo que medidas que combatam os processos de exclusão são mais efetivas e têm uma influência mais preponderante sobre a saúde de indivíduos e comunidades do que estratégias dirigidas a patologias ou problemas de saúde específicos, consideramos que um verdadeiro programa em saúde deve garantir a acessibilidade e participação de todas/os e investir na melhoria de todas as condições de vida das/os cidadãs/ãos. Só assim os municípios podem ter uma estratégia integrada e eficaz de promoção de saúde e bem-estar.

Propomos a criação do Conselho Municipal de Saúde. Na Lei de Bases da Saúde, a proteção da saúde assume-se como um dos mais importantes direitos das/os cidadãs/aos, cabendo ao Estado promover e garantir a todas/os o melhor acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) e às estratégias de prevenção da doença, numa lógica de equidade na distribuição dos recursos.

São algumas das competências do conselho municipal de saúde:

- Contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal;
- Emitir parecer obrigatório e não vinculativo sobre a estratégia municipal de saúde;
- Emitir parecer obrigatório e não vinculativo sobre o planeamento da rede de unidades de cuidados de saúde primários;
- Propor o desenvolvimento de programas de promoção de saúde e prevenção da doença;
- Promover a troca de informações e cooperação entre as entidades representadas.

O conselho municipal de saúde reveste-se, desta forma e nesta nova realidade municipal, de extrema importância para a concretização da visão holística da saúde espelhada neste programa.

O acesso à habitação e que turismo queremos no Porto?

Os dados preliminares dos Censos de 2021 mostram a variação do número de edifícios. Verificamos que os edifícios que estão a ser utilizados para habitação decresceram no Porto desde 2011 até 2021 em 9,3%. Em 10 anos, por consequência das decisões políticas perdemos 9,3% dos edifícios de alguma forma destinados à habitação no Porto, em todas as freguesias.

O INE ainda não teve tempo de disponibilizar a análise de todos os dados recolhidos pelos Censos 2021, mas pelo que foi já apresentado conclui-se que no Porto houve uma queda do número de residentes e uma queda ainda maior no número de edifícios com habitação.

O turismo na cidade tem de ser visto de forma global. Turismo, habitação, comércio e serviços têm de coexistir. Em 2013 foram registados na cidade 111 alojamentos locais e, no total, eram pouco mais de 200. Hoje temos perto de 10.000 AL registados na cidade, sem equilíbrio com as respostas de habitação, porque o actual executivo municipal desistiu de o regulamentar em 2019.

Tendo um regulamento para o alojamento local e um plano estratégico para o turismo 2022-2025, assim como uma estratégia local de habitação devidamente calendarizada, com diferentes respostas ajustadas às necessidades, haverá todas as condições para a habitação e o turismo coexistirem de forma harmoniosa no Porto, mas para isso é preciso ter a coragem de regular e intervir no mercado (posição diferente do atual executivo que, nesta matéria, entende que tudo deve ficar entregue ao mercado preconizando assim políticas liberais).

Algumas das propostas que destacamos:

- Actualização da Estratégia local de habitação adequada às atuais necessidades, com calendário para 4 anos (respostas para pessoas em risco de despejo, pobreza energética, acesso à habitação acessível, pessoas em situação de sem abrigo, pessoas sem casa de banho e água);
- Implementação do conselho municipal da habitação para em permanência discutir as políticas de habitação do Porto;
- Aposta em projetos municipais de habitação básica participada (implica inventariação de ilhas e bairros a adquirir pela CMP para colocar com rendas adequadas às condições sócio-econômicas dos arrendatários);
- Criação de um pelouro para um turismo responsável que inclui uma

- aposta no turismo interno e da península, um estudo de carga turística, e um parque de campismo para cidade;
- Co-construção com o sector do turismo de estratégia 2022-2025 de diversificação turística que valorize o Porto;
 - Incentivar o turismo interno, da península e da UE, em especial aquele que nos pode chegar via ferrovia (pugnar pela existência de ligações nacionais e internacionais de ferrovia mais eficientes);
 - Rever a taxa turística, no sentido de ser menor em estadias superiores a 5 noites e superior no turismo low cost (viagem aérea de fim de semana);
 - Regular a atividade de alojamento local, garantindo o equilíbrio entre habitação, serviços e respostas de turismo, protegendo os moradores;
 - Construir um eco-parque de campismo, que funcione com energias renováveis, com espaço para tendas, com bungalows ecológicos e inovadores que cativem inclusivamente os residentes à experiência;

Participação cidadã e transparência

As pessoas do Porto têm de ser valorizadas, nomeadamente quando se organizam para prestigiar a cidade, dando o seu contributo, estudando os assuntos e apresentando propostas. Um executivo que se preze não se pode ser indiferente à participação cidadã ou utilizá-la apenas quando lhe interessa. Uma câmara de uma cidade como a do Porto tem de ter mecanismos para garantir a participação cidadã. Para o PAN, que tem estado sempre importado com este relevante aspecto para a democracia, propusemos e garantimos na revisão do regimento “o direito de petição” no regimento da assembleia municipal. O Porto é, desde há muitos anos, uma cidade com massa crítica, sempre unida em torno de diversas causas. Somos participativos por natureza. No entanto, os últimos executivos têm vindo a abafar essa massa crítica, e

desconsiderado a opinião dos cidadãos no âmbito de várias matérias, como o jardim ferroviário, a preservação da estação Porto-Boavista, o destino da “charca de salgueiros”, a desistência da luta por outro traçado do metro com prejuízo para o jardim de sophia, o espaço verde na travessa Régulo Magauanha, entre outros. O Porto é, antes de mais, de quem cá nasceu e/ou vive. O PAN pretende garantir voz aos portuenses. O PAN, que sempre ouviu e apoiou, compromete-se a manter uma postura de total abertura caso venha a ter a confiança dos portuenses para decidir sobre os destinos do Município.

Algumas propostas que destacamos neste âmbito:

- Criação de gabinete específico de governança participada;
- Garantir que as consultas públicas são amplamente divulgadas e com fóruns de participação próprios
- Monitorizar o ruído através de APP ou plataforma que permitem a envolvimento e participação dos munícipes
- Monitorizar a biodiversidade através de APP ou plataforma que permitem a envolvimento e participação dos munícipes
- Monitorizar a qualidade do ar através de APP ou plataforma que permitem a envolvimento e participação dos munícipes
- Transparência nas análises à qualidade das massas de água dos rios e ribeiras efectuadas pelas ETAR comunicadas à APA;
- Criar o portal de transparência da execução municipal
- Rever o plano municipal contra a corrupção propondo soluções para os perigos identificados e calendário de atuação;

Economia local, as respostas sociais e a proteção animal;

Na nossa visão de cidade, alinhada com o modelo 15 min, tanto a economia local como as respostas sociais são fundamentais. Nestas últimas inclui-se a proteção animal, pois as políticas para os animais são também políticas sociais. Pretendemos desenvolver um projeto piloto de moeda social digital: Porto. Neste caso os excedentes gerados pelo uso da moeda Porto serão reinvestidos na cidade em forma de crédito produtivo ou outros serviços. Deste modo democratizando a economia, em especial os pequenos negócios e a pequena indústria, tornando-a mais inclusiva, mais sustentável, segura e com sensibilidade ecológica, promovendo o desenvolvimento de uma economia social e solidária, isto num processo que permite desenvolver capacidades e competências económicas e sociais das pessoas e dos coletivos e a difusão dos valores do Porto, isto como vetor de transformação social, ajudando a reforçar o sentimento de comunidade e a estimular a economia local.

As respostas sociais de proximidade são essenciais para a coesão social, sendo para o PAN fundamental uma aposta ao nível do apoio especializado empoderamento das pessoas, procurando garantir respostas de proximidade, numa rede social eficiente. Em matéria de ação social, é fundamental negociar as verbas com o Governo. É necessário um reforço dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social que fazem um trabalho descentralizado pela cidade, de proximidade e de empoderamento das pessoas. Ao mesmo tempo é necessário reforçar a equipa multidisciplinar no Hospital Joaquim Urbano e negociar com o Governo a sua transferência para o município, com vista a ampliar as respostas de integração a pessoas em situação de sem abrigo. Não nos revemos na visão sanitarista de correr com as pessoas e retirar-lhes os pertences como já levou a cabo o executivo, pois precisamos de uma Câmara Municipal que trabalhe de mãos dadas com as ONG que atuam na

cidade nesta matéria, como parceiros, o que não tem acontecido. O PAN foi a primeira força política do país a propor políticas de “housing first”, pois ninguém se pode estruturar se não tiver um porto de abrigo, e o município deve ser proactivo a fazer estes protocolos diretamente com o Governo ou em parceria com as ONG, garantindo casa para as pessoas sem teto ou em situação de sem abrigo, que em 2019 já eram mais de 700 as pessoas nestas circunstâncias no Porto. As salas de consumo assistido no Porto quanto tempo mais vão demorar? Como se decide desmantelar definitivamente o Aleixo sem um projeto preparado para intervir com as pessoas que ali viviam em tendas e que neste momento se tornaram visíveis na Pasteleira e no Pinheiro Torres? Criou-se um enorme conflito social que só se resolve com respostas públicas estruturadas de proximidade. Em paralelo, na resposta sobre as salas de consumo assistido/vigiado a zona oriental continua esquecida, quando na antiga quinta do Freixo há condições para uma resposta integrada que até poderia incluir albergue.

Das várias propostas nestas áreas destacamos:

- Criar o produto Porto KM0;
- Incentivar o comércio local com a criação da moeda social digital: Porto;
- Reforçar as respostas sociais de proximidade, como é o caso dos Serviços de Acompanhamento e Atendimento Social;
- Estratégia municipal de prevenção e combate da solidão;
- Incentivar a ocupação de terrenos com hortas urbanas e criar mercados junto a essas hortas para quem quiser escoar os seus produtos;
- Criar o Gabinete “Investir Positivo”, um gabinete de captação de investimento em áreas entendidas como estratégicas, como sejam as das alterações climáticas, da tecnologia, da mobilidade e da alimentação;

- Criar igualmente um Balcão de Apoio a candidaturas aos fundos comunitários existentes, que disponibilize apoio especializado e gratuito. Simultaneamente, disponibilizar no sítio da Câmara Municipal informação sobre a matéria, nomeadamente, fundos disponíveis e critérios e requisitos de acesso;

No que diz respeito às políticas de proteção animal, convém referir dois aspectos: graças à pressão das pessoas do Porto, que por fruto de várias manifestações conseguiram garantir a construção do novo Centro de Recolha Oficial de Animais e desde que o PAN passou a ter assento na Assembleia Municipal passaram a implementar-se políticas CED. Mas falta fazer tanto nesta matéria, para promover práticas de adoção mais eficazes, transparentes e participativas e garantir respostas a todos os pedidos CED que surgem no município, uma vez que continuam a ser os munícipes a assumir a maioria destas despesas na cidade.

- Criação de um projeto-piloto de voluntariado, com o objetivo de estimular um ambiente de total transparência e valorizar a participação cidadã;
- Criação de rede de parques caninos;
- Criar linha telefónica de apoio veterinário e de comportamento animal para prevenir o abandono, que para além de médicos veterinários deve incluir comportamentalistas;
- Promover campanha de sensibilização para esterilização dos animais no município garantindo apoios para os detentores que não tenham capacidade económica para o fazer;
- Instituir um programa de voluntariado no CROA
- Realizar ações de formação gratuitas a potenciais adoptantes e a pessoas com animais de companhia no município;
- Criar o Conselho Municipal da Política de Proteção Animal;

- Promover um Programa Municipal de educação para o bem-estar animal, em colaboração com os estabelecimentos de ensino, as empresas e as organizações não governamentais e equiparadas e associações existentes no município;
- Acompanhamento e formação contínua de adoptantes, com o objetivo de evitar o regresso de animais adotados ao CROA;
- Construção de um parque canino, dentro do CROA, onde os cães possam correr, brincar e expressar os seus comportamentos naturais, facilitando a socialização e potenciando a adoção;
- Investimento eficiente no programa Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) dada a proliferação descontrolada de colónias de gatos no Porto. O passo seguinte será apenas monitorizar a sua existência;
- Implementação de uma linha telefónica direta para esclarecimentos sobre comportamento animal e estratégias para lidar com problemas que surjam com os animais;
- Criação de um fundo de apoio a munícipes com dificuldades financeiras para garantir a esterilização e prestar cuidados médico-veterinários aos seus animais.
- Divulgação dos animais através de páginas criadas nas redes sociais, aproximando as pessoas do CROA e dos animais disponíveis para adopção (abandonando o modelo atual do site da CMP);
- Criação de uma rede de Famílias de Acolhimento Temporário, em parceria com as pessoas do Porto, para acolher animais, sempre que o CROA esteja lotado;

Educação, Cultura, Juventude e Desporto

O PAN considera que o Município deve ser promotor de Educação para a Cidadania, imprescindível para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelas outras, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos. O mundo atual exige a formação de jovens capazes de, cooperativamente, darem resposta a desafios emergentes, sejam eles, a preservação do meio ambiente, a resolução de novos problemas sociais e humanos, ou o desempenho de

profissões ainda desconhecidas. As aprendizagens significativas ocorrem essencialmente pela prática, ao longo da vida, com a participação, o envolvimento, cooperação e corresponsabilização de todos os agentes educativos.

No que diz respeito às refeições escolares e gestão das cantinas escolares, a posição do PAN é clara: **a saúde começa no prato**. A alimentação deverá ser a pedra basilar de promoção de saúde. A escola deverá promover e incentivar a adoção de hábitos saudáveis, adotando igualmente um papel didático, valorizando os alimentos mais saudáveis e comportamentos que em última análise contribuem, desde cedo, para a prevenção da doença. Importa garantir que as cantinas escolares sejam dotadas de mecanismos que melhorem a qualidade da oferta alimentar e respondam às necessidades nutricionais de toda a comunidade escolar. A criação de estratégias para a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, assim como a garantia da qualidade das refeições servidas passa, inevitavelmente, pela presença e pelo trabalho desenvolvido pelas/os nutricionistas.

Neste âmbito, o PAN propõe:

- Assegurar a disponibilização de um/a nutricionista por agrupamento de escolas;
- Estabelecer como objetivo a realização de, pelo menos, uma consulta de nutrição individual, por ano letivo, para todas as alunas e alunos, acautelando os devidos recursos;
- Assegurar uma resposta efetiva na sinalização e acompanhamento da/os estudantes que manifestam necessidade de apoio específico na área da nutrição;
- Promover sessões mensais no âmbito da educação alimentar, junto das comunidades escolares e em conjunto com as famílias, asseguradas por nutricionistas;
- Definir - em conjunto com agrupamentos escolares/escolas, pais, encarregadas/os de educação e profissionais da área - estratégias locais para promoção de hábitos alimentares saudáveis;

- Priorizar a aquisição de alimentos, preferencialmente biológicos, aos produtores locais, como forma de contribuir para uma maior qualidade da alimentação nas escolas e simultaneamente para as atividades comerciais locais, dando assim cumprimento à lei 34/2019 e à Estratégia Europeia do Prado ao Prato;
- Assegurar a disponibilização diária nas escolas de uma refeição estritamente vegetariana e nutricionalmente equilibrada, nos mesmos moldes que a alimentação não vegetariana é oferecida;
- Desenvolver atividades que promovam o envolvimento das/os alunas/os na confeção das refeições;
- Assegurar a formação em alimentação de base vegetal, nutricionalmente equilibrada, nas cantinas cuja competência de gestão pertença ao agrupamento escolar/escola não agrupada/município;
- Estabelecer que os cadernos de encargos relativos à concessão do fornecimento de refeições por entidades externas devem, obrigatoriamente, assumir critérios mais sustentáveis e incluir um estudo comparativo entre contrato e gestão da própria autarquia, sendo que nesta matéria o PAN pretende a gestão pela própria autarquia (com contratação e formação de RH)
- Implementar um programa de convite semanal a representantes da comunidade para estarem presentes nas refeições escolares, abrindo, assim, portas à comunidade e criando pontes com a comunidade educativa.

No âmbito das competências municipais, **o Planeamento Educativo do Território assume um papel essencial e o do Porto vai ser revisto em 2022.** Partindo da Carta Educativa, O PAN entende que no planeamento educativo do território é essencial:

- Criar uma rede integrada de recursos e respostas educativos do setor público, social e solidário, que garanta a possibilidade de rentabilização de espaços educativos (por exemplo: bibliotecas; espaços desportivos) e promova a partilha de boas práticas educativas com a comunidade;
- Garantir, em articulação e complemento com o Estado Central, equipamentos

de creche e educação pré-escolar de qualidade, conducentes à total cobertura de necessidades dos territórios;

- Fomentar uma rede de jardins de infância inclusivos, que seja respeitadora das necessidades das crianças, nomeadamente no que se refere com o período de sesta, o contacto com a natureza e com os animais, **o direito a brincar**, a educação para os afetos, entre outros;
- Providenciar o apoio complementar para que Creches e Pré-escolar possam assegurar atividades de animação e de apoio à família que abrangem as entradas, o serviço de almoço, as atividades de animação socioeducativa e os períodos de interrupção letiva.
 - Facultar informação detalhada sobre a rede de Creches e Pré-escolar, monitorizar a qualidade do serviço prestado e o cumprimento dos protocolos.

Os/as portuenses, particularmente a juventude portuense, tem permanecido marginalizada do usufruto das potencialidades que nossa cidade tem para oferecer. É imperativo ir ao encontro das necessidades da população através da acessibilização de atividades relacionadas com a educação, cultura e o desporto, promotoras do crescimento e bem-estar individual, simultaneamente dinamizadoras da cidade e da região.

- Assegurar uma revisão participada do Planeamento Educativo do Território;
- Garantir, em articulação e complemento com o Estado Central, equipamentos de Creches e Educação Pré-escolar de qualidade, conducentes à total cobertura das necessidades;
- Providenciar o apoio complementar para que Creches e Pré-escolar possam assegurar atividades de apoio à família;
- Facultar informação detalhada sobre a rede de Creches e Pré-escolar, monitorizar a qualidade do serviço prestado e o cumprimento dos protocolos;
- Aposta em educadores ambientais na cidade, e na sensibilização da

adequada separação de resíduos nos contentores e ecopontos, evitando situações de insalubridade;

- Garantir que o Porto é uma cidade que apoia e investe no desporto criando uma rede municipal para a prática de atividade desportiva, garantindo que todas as crianças e jovens têm acesso à prática desportiva e que os clubes são apoiados diretamente em RH necessários para o efeito;

Na esperança de que a cultura, as artes e a imaginação sejam o motor de novas formas de pensar e de reinventar as comunidades locais, em especial após a crise pandémica, trazemos como principal desafio a possibilidade de consolidar um movimento onde seja possível ancorar novas e velhas vontades, paisagens culturais comuns, polos de economia criativa e competências locais de intervenção e desenvolvimento.

A cultura, a valorização artística e a paisagem são acima de tudo intervenções críticas, que nos levam a questionar o “eu” e a nossa envolvente partindo do que constitui a região ou local. Queremos que a cultura, a valorização artística e a paisagem deixem de ser entendidas como um consumo não essencial. Queremos um Porto onde a cultura, a valorização artística e paisagem e os/as seus/suas agentes e intermediários/às sejam vistos/as como fundamentais.[5]

Tudo isto sem nunca abandonar a memória representada pela cultura e pelas artes de todas as épocas. Dependentes que estamos da memória popular, a par das mais desafiantes formas de perceber e fazer avançar o mundo, pois que todas elas são representantes da inquietação humana, todas deverão prevalecer, contribuindo para um futuro com sentido mais amplo. Só deste modo nada nem ninguém ficará para trás. Pois que, do ponto de vista do PAN, só

deste modo haverá lugar para todas as formas e expressões culturais e artísticas. E isso não tem vindo a acontecer na nossa cidade. Infelizmente...

Por tal não ser claro na atual gestão cultural e artística na cidade do Porto, pois até a História tem vindo a ser branqueada a vários níveis (exemplo: o Museu Romântico : <https://portocanal.sapo.pt/noticia/276317/>). E nessa senda a cultura e as artes têm vindo a sofrer iguais ataques. Daí as denúncias de censura por parte de Regina Guimarães ou Sara Barros Leitão. Citação: “A atriz Sara Barros Leitão e o director do Teatro Art’Imagem relatam outros casos de “censura” e “abuso de poder” no Teatro Municipal do Porto. Também o artista Miguel Januário tem visto alguns dos seus stencils selectivamente apagados do espaço público por não encaixarem na “narrativa” oficial da Câmara do Porto.” -

Assim, propomos a intervenção em duas grandes áreas de influência:

1. A dinamização e o desenvolvimento cultural e artístico, vistos como a causa essencial;
2. A intervenção pela via do intermunicipalismo cultural e artístico, através da criação de redes com vista à alavancagem desses setores.

O acesso à cultura, às artes, à paisagem e ao património cultural edificado é um direito à memória - que nos representa e nos convoca - sendo paralelamente a afirmação de uma mudança, pois é através da cultura que teremos um elo de ligação ao longo do país: um fio condutor entre a saúde, a cidadania, a educação, o trabalho, a mobilidade, as cidades, o ambiente, o quotidiano. A cultura é tudo isto e mais ainda.

Na senda de unir municípios e as entidades em torno de projetos autárquicos, o PAN propõe congregar a Escola, as Artes e a Cultura, pois estas não devem mais caminhar separadas, facilitando a autonomia emocional e crítica nos

públicos pela cultura e pelas artes, não esquecendo nunca o património natural, material e imaterial ancorado localmente.

Quando falamos de cultura não podemos esquecer as pessoas do Porto, as histórias de vida, as atividades culturais, associativas, no fundo mostrar a vida real da nossa cidade. Depois, não podemos esquecer a nossa História, particularmente, aquela que nos liga ao rio. O comércio. O vinho do Douro. A construção das embarcações. O Porto da inquietação musical de um país amordaçado até à revolução dos cravos. Nesse tempo surgem, desde o Porto, nomes como Sérgio Godinho, Zé Mário Branco, ou Adriano Correia de Oliveira, de entre outros. Aliás, a editora das músicas que serviram como código à revolução de abril de 74 era do Porto (Editora Orfeu). Ainda, um Porto que com as suas revistas musicais, únicas no país, contribui para o surgimento da primeira imprensa musical. Isto com a MC- Mundo da Canção (1968) e Memória do Elefante (1970). Porto, a Cidade da Música Popular Portuguesa, merece ter um museu que torne visível este desígnio, também, aos que nos visitam. Finalmente, referir que, também, no âmbito da música popular nasceu no Porto o rock cantado em português, isto com Rui Veloso. Outro marco histórico.

Vivemos na imprevisibilidade. Cada vez mais, crianças e jovens têm que estar preparados para os novos desafios trazidos por um mundo em contínua mudança. Prevê-se a alteração e mesmo extinção de vários tipos de profissões e o aparecimento de outras novas, onde as tecnologias e as competências interpessoais são tão importantes quanto as competências técnicas. A educação tem que se ajustar e reinventar, colocando a/o aluna/o no centro do processo educativo, onde esta/e deixa de ser um mero recetor de informação para ser um agente crítico, capaz de utilizar os saberes em função dos desafios e das exigências sociais e profissionais. Neste sentido, a escola tem ela própria

que se abrir para o exterior, estabelecer ligações com a comunidade, potenciando sinergias e oportunidades de desenvolvimento local.

Na perspetiva do PAN, uma política de juventude é a existência de uma rede educativa e formal própria dos tempos actuais

- Adaptar o conceito de orientação escolar e profissional numa perspetiva longitudinal, transversal ao projeto educativo, iniciando a exploração e orientação vocacional desde a educação pré-escolar, ajustada ao nível de desenvolvimento das crianças;
- Criar uma equipa concelhia, com elementos de agrupamentos/escolas, de serviços de psicologia, da autarquia, do tecido empresarial, do IEFP e de representantes do ensino profissional, para o desenvolvimento de estratégias conjuntas no âmbito da orientação escolar e profissional que sejam promotoras da divulgação de informação, de protocolos de cooperação, de estágios, de partilhas de experiências e de boas práticas, e facilitadoras de uma maior aproximação entre a realidade formativa e profissional dos jovens;
- Integrar as atividades de orientação escolar e profissional nos planos de atividades das escolas e no plano municipal de educação;
- Garantir equipas permanentes de serviços de orientação escolar e profissional em todos os estabelecimentos educativos;
- Criar uma bolsa de parcerias locais e institucionais de forma a promover a ligação da comunidade aos serviços públicos, promovendo a literacia para a cidadania e fomentando conhecimento sobre a participação no funcionamento das várias áreas de ação autárquica;
- Criar uma bolsa de profissionais voluntários para apoio às atividades de Orientação Escolar e Profissional nas escolas, nomeadamente através de testemunhos, informação e partilha de saberes e competências profissionais em diversas áreas de formação passíveis de serem escolhidas pelos alunos, suas famílias e agentes da comunidade;
- Estabelecer protocolos mediados pelas autarquias, de ligação à indústria e associações empresariais promovendo o conhecimento de realidades

- e competências profissionais diversificadas, e a desmistificação de estereótipos associados a determinadas áreas profissionais;
- Assegurar programas de desenvolvimento de competências sociais e interpessoais, em articulação com a abertura das instituições locais à comunidade escolar, permitindo o conhecimento dos serviços ao dispor dos cidadãos/ãs, e as diferentes profissões/funções desempenhadas;
 - Promover o “Erasmus-In”, projeto de intercâmbio escolar dentro do país, em parceria com entidades e famílias locais, para o ensino secundário;
 - Incentivar a oferta de cursos mais orientados para a prática, articulados com a avaliação das necessidades e oportunidades de mercado locais;
 - Investir em oferta formativa nas áreas de economia verde, da economia circular, das energias renováveis e outras áreas fundamentais à sustentabilidade do planeta e da vida de todos os seres;
 - Fomentar e apoiar a implementação do modelo DUAL combinado com o Ensino Superior e as associações empresariais locais/regionais, a iniciativa privada e agentes associativos e do setor social, no âmbito do ensino profissional e de aprendizagem;
 - Garantir o acesso a ofertas formativas em artes, dando resposta às aspirações e vocações de todos os alunos que pretendam seguir esta via, independentemente das suas características sócio-económicas e/ou geográficas, através da implementação de um Programa Municipal de ofertas formativas em Artes, recorrendo a parcerias com escolas e outros municípios ou através da criação de Escolas Intermunicipais de Artes;
 - Promover o acesso de todos os munícipes à formação complementar em artes de modo equitativo;
 - Integrar projetos de inovação educacional nos Projetos Educativos Municipais, alicerçados num modelo de gestão democrática das escolas;
 - Integrar projetos de inovação educacional com vista ao incentivo de uma transição para modelos educativos não assentes no manual escolar (ex: programa municipal mochila leve);
 - Capacitar os profissionais de educação e direções escolares no desenvolvimento e implementação destes modelos;

- Incentivar o desenvolvimento de projetos orientados para a concretização dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) integrados na Agenda 2030.

II CAPÍTULO

Nesta segunda parte do programa, procuramos expor de forma mais pormenorizada a visão que temos para o Porto, em cada uma das áreas cuja abordagem é fundamental

Ação Climática, Ambiente, Mobilidade, Ordenamento do Território e Saúde

A Covid-19 veio demonstrar que as políticas vigentes da nossa relação com a natureza são insustentáveis expondo-nos a perigos de saúde e a custos económicos que põem em causa a vida tal como a conhecemos.

Existem evidências científicas de que as ações humanas, desde a Revolução Industrial, se tornaram o principal motor das mudanças ambientais globais. Em 2009, um grupo de cientistas do centro de resiliência de Estocolmo, procurou colocar limites à ação humana para prevenir catástrofes e sustentou a existência de 9 limites planetários. Estes limites têm vindo a ser ultrapassados, isto como temos assistido, através dos por vários fenómenos climáticos extremos, das cheias ou das elevadas temperaturas, etc. O transgredir de um ou mais limites planetários faz desencadear mudanças ambientais abruptas em sistemas de escala continental e planetária, alterando a vida na Terra, tal como a conhecemos.

Também do ponto de vista económico, como já reiteradamente afirmado por entidades como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou o Banco Mundial, o custo da não-ação é em muito superior ao custo da redução de emissões, seja pelos custos de resposta às diferentes catástrofes provocadas pelas alterações climáticas seja pelos custos da adaptação dos territórios às mesmas.

Mais, temos de alterar este paradigma em que vivemos, cujas políticas visam lucro financeiro imediato e de curto prazo, para um paradigma de valor económico de longo prazo, que reflita na economia o real valor dos bens e dos recursos e, assim, possa permitir que as opções dos agentes económicos sejam as melhores para o Bem Comum. Esta visão também tem de estar presente nas políticas autárquicas. Sem a nossa Casa Comum, a vida, tal como a conhecemos, não irá continuar. Nesta visão transversal, todas as políticas municipais devem ter como base a intenção de contribuir para a **“poluição zero”, criando mecanismos de monitorização, envolvendo as comunidades educativas e a participação cidadã, ao mesmo tempo que se promove e desenvolve a economia circular.**

Entramos no ano de 2021, a menos de uma década do ponto de não retorno. Para se evitarem das mais variadas ameaças à vida no Planeta é essencial empreender todos os esforços para se reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa (GEE). No âmbito da redução das emissões, os municípios desempenham um papel regulador fundamental.

Dos fatores que mais contribuem para a emissão de gases com efeito de estufa destacam-se a pecuária, a alteração do uso do solo, a desflorestação, a energia, os transportes, os resíduos, a agricultura intensiva e a pesca industrial. No sentido de combater esta conjuntura adversa, entendemos como importante:

- Declaração conjunta - "emergência climática" - entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, bem como o compromisso de articular as demais políticas públicas com o combate às alterações climáticas e à

- mitigação dos seus efeitos;
- Compromisso do município em assumir como uma das suas prioridades tornar-se um município neutro em carbono, **até 2030**;
 - Criar o “Compromisso Municipal para a Descarbonização”, que passará pela redução(até 2025) de 20% das emissões de gases com efeito de estufa, através de adesão por qualquer entidade privada.
 - Adesão do município e atuação em conformidade com a rede de “Cidades Protetoras da Terra”;
 - Criação de um pacote municipal de apoio à micro-produção de energias renováveis, incluindo tecnologias de armazenamento de energias renováveis em pequena escala. Este pacote municipal, que conta com apoios de financiamento bonificado e subsídios de fundo perdido pretende promover a autonomia energética para particulares e cooperativas;
 - Criação de um balcão de informação municipal sobre soluções específicas para a microgeração e organização e apoio às comunidades energéticas;
 - Instalação de equipamentos de produção local de energia renovável para autoconsumo nos edifícios públicos municipais, através da aplicação dos critérios europeus de compras públicas ecológicas;
 - Criação de Observatório que disponibilize dados relativos ao consumo de energia e de água, às emissões de gases com efeito de estufa, ao ruído, aos resíduos e às águas residuais;
 - Criação de incentivos para que o setor privado (investidores e particulares) instalem unidades de produção de energia, mediante apoio técnico e a aplicação de taxas de licenciamento reduzidas.
 - Realização de estudo independente acerca da poluição luminosa no Porto;

Mobilidade intermodal, inclusiva e ativa

Na área da mobilidade, a transição positiva passa pela reorganização do

trabalho, e pela aposta numa mobilidade sustentável, suave, intermodal, ativa e inclusiva. Implica, adicionalmente, a melhoria da rede de transportes públicos, bem como o desenvolvimento de uma rede integrada de eixos cicláveis e de intermodalidade. De destacar a importância de apoiar o desenvolvimento de tecnologias mais limpas na mobilidade, como a mobilidade elétrica e os combustíveis neutros em carbono. Esta aposta, para além de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, traduz-se num impacto positivo na qualidade do ar – que tem sido responsável por milhões de mortes prematuras a nível mundial; e também no aumento da independência energética, consequentemente com impactos positivos na balança de pagamentos e na segurança energética.

O ambiente e o futuro do planeta não são indissociáveis das questões da mobilidade. Mas importa considerar a mobilidade também na perspetiva de garantia de mais-valias às pessoas, através do acesso aos bens e serviços. O PAN defende uma mobilidade ativa, sustentável e eficiente, tendo como foco os transportes públicos e a mobilidade suave (caminhar, bicicletas e transportes públicos amigos do ambiente), intermodal e inclusiva, que garanta condições de acessibilidade (para toda a população, incluindo as pessoas com dificuldade de mobilidade, idosos, jovens e crianças), assim como uma eficiente conectividade interna e externa. A mobilidade que pretendemos não afasta as pessoas, convida-as antes a participarem na mudança. Também importa garantir que os/as utentes não fiquem impossibilitados/as de se fazerem acompanhar pelos animais de companhia na circulação, em transportes públicos, seja em momentos de lazer, socialização ou para assegurar as necessidades do próprio animal, sempre com total respeito pelas regras higieno-sanitárias e de segurança. Consideramos importante:

- Continuar a defender uma expansão do metropolitano de superfície, nomeadamente para as zonas da cidade a descoberto, como o Campo Alegre, ou a ligação até ao Parque Oriental, ou da Casa da Música até ao Marquês;
- Liderar o processo intermunicipal e metropolitano pela implementação do

- Programa Metropolitano para a Qualificação Urbana da Estrada da Circunvalação (pronto desde 2015);
- Publicar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) que deve incluir uma Estratégia Municipal para a Mobilidade Ativa/Acessibilidade Pedonal, garantindo um plano intermodal, que integre transportes públicos, bicicletas /outros meios suaves, automóveis e estacionamento;
 - Aumentar significativamente a área pedonalizada no Porto, com vista a ter várias zonas integradas no conceito cidade 15 min (em que as pessoas conseguem com meios ativos e suaves aceder aos bens serviços em 15 min);
 - Ampliar a abrangência das Zonas 30km que são fundamentais para reduzir a sinistralidade;
 - Promover campanhas de sensibilização locais alertando para os perigos do excesso de velocidade;
 - Modificar, ou colocar meios de acalmia de velocidade, (n)as vias onde é mais propício o excesso de velocidade;
 - Recuperar o transporte fluvial Porto-Gaia em barco eléctrico;
 - Garantir a administração da STCP como uma oportunidade ganha, implementando circuitos que verdadeiramente deem resposta às necessidades das pessoas e reduzindo os tarifários ao máximo possível;
 - Fortalecer as redes de transportes públicos, aumentando a área coberta, o número de rotas, a respetiva periodicidade, e estruturando-as a nível supramunicipal e reduzindo os tarifários mono-modais e intermodais (autocarro, metro e parques de estacionamento);
 - Aumentar o número de paragens dos transportes públicos em vias designadas para o efeito;
 - Implementar, sempre que possível, corredores dedicados para os transportes públicos (que podem ser partilhados com bicicletas e equipados), de modo a que o tráfego particular não afete o desempenho e eficácia do transporte coletivo;

- Possibilitar a utilização dos passes de transporte como forma de pagamento dos parques de estacionamento das principais vias de acesso à cidade e junto a terminais multimodais;
- Criar passes gratuitos para pessoas idosas e reformadas, abrangendo a totalidade da rede de transportes coletivos municipais e intermunicipais, promovendo um envelhecimento ativo e o próprio convívio;
- Permitir o transporte de animais de companhia, mesmo os de médio e grande porte, com os habituais meios legalmente previstos para a sua circulação na via e demais lugares públicos:
- Implementar uma rede integrada de eixos cicláveis, pensada numa perspectiva intermodal e inclusiva, por forma a permitir viajar de bicicleta por todo o concelho, garantindo a continuidade dos percursos (ligar a cidade com eixos cicláveis, pensados também na perspetiva da intermobilidade/ começar por ligar zonas residenciais às escolas/universidades);
- Corrigir as falhas nas ciclovias/eixos cicláveis existentes;
- Criar um sistema de bicicletas partilhadas, com estações nos pontos principais do município, apoiado por um sistema com georreferenciação e pré-registo;
- Integrar a rede de ciclovias (existentes e a projetar) em redes alargadas às áreas metropolitanas, coordenando as ciclovias dos distintos municípios, de modo a assegurar percursos intermunicipais e regionais, com a devida sinalização;
- Adotar soluções construtivas de ciclovias que proporcionem maior segurança e conforto, motivando a utilização deste transporte individual;
- Promover e publicitar os trajetos das ciclovias para os/as utilizadores/as saberem da sua existência.
- Criar lugares de estacionamento seguros para bicicletas, incluindo a instalação de racks, junto a interfaces de transportes públicos, grandes superfícies comerciais, vias de comércio local, bem como em jardins públicos e entradas de estabelecimentos de ensino;

- Promover locais de qualidade e conforto, com sombra, nas paragens de autocarro;
- Implantar mobiliário urbano nos espaços públicos: bancos de descanso, parques infantis,
- Promoção o convívio e usufruto do espaço público ocupando alguns lugares de estacionamento (parklets gratuitos);
- Combater a ocupação abusiva de lugares reservados a pessoas condicionadas na sua mobilidade, através de uma maior fiscalização
- Aumentar a fiscalização, em articulação com as forças de segurança pública, de estacionamento em passeadeiras, em cima de passeios, nas ciclovias e em segunda fila;
- Promover uma plataforma municipal de competição saudável entre freguesias/bairros/ruas, para saber qual a zona mais “amiga das pessoas” através de vários critérios: poluição, limpeza, reciclagem, qualidade dos espaços verdes, do espaço público, do transporte público, com o objetivo de atribuir uma medalha municipal de “eco rua”;
- Eliminar as barreiras arquitetónicas que persistem nas cidades, que dificultam a inclusão, inviabilizam o acesso aos transportes públicos e dificultam uma cidadania ativa;
- Garantir a existência de uma estratégia de acessibilidades, transversal às diversas áreas da governação, que promovam a acessibilidade aos transportes, a interconectividade e a informação atualizada sobre as viagens e o funcionamento dos acessos (incluindo em braile) para as pessoas com deficiência visual;
- Incentivar novas formas de organização do trabalho nas esferas de influência do município como política de mobilidade, mas atendendo à igualdade de género, ao isolamento e ao *burnout*
- Garantir o efetivo cumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006, que aprova o regime da acessibilidade, na criação de percursos para mobilidade reduzida das periferias ao centro da cidade;
- Criar estacionamento gratuito para carros elétricos em parques periféricos;

- Instalar semaforização com sinais sonoros destinados a auxiliar pessoas com deficiência visual. Viabilizar a utilização de semaforização no pavimento e na conceção dos espaços públicos com vista à inclusão de todas as pessoas;
- Garantir a melhoria da segurança rodoviária na rede municipal e acessos à rede nacional, com a finalidade de mitigar o risco de sinistros e respetivas consequências;
- Criar eixos estratégicos nas entradas municipais com estacionamento periférico e ligação à cidade em transportes de alta qualidade;
- Promover a mobilidade suave através da criação de apoios/incentivos municipais à aquisição de bicicletas, trotinetas e semelhantes, incentivos esses cumuláveis com outros que possam existir (programa: comprar bicicletas do Porto no Porto);
- Projeto piloto: Possibilitar o carregamento de veículos elétricos através dos postes de iluminação pública, junto a zonas de estacionamento automóvel, para carregamentos lentos, mediante a utilização de um cartão de carregamento municipal;

A autarquia deve, assim, concentrar esforços no sentido de garantir:

- 1) ruas pensadas prioritariamente em quem circula por via pedonal, modos suaves de deslocação, pessoas com mobilidade reduzida e animais;
- 2) transporte público de qualidade, seguro, acessível, conveniente e eficiente;
- 3) rotundas inteligentes, iluminação e mecanismos que ajudem no combate à sinistralidade;
- 4) implementação do [Plano de Mobilidade Urbana Sustentável](#), seguindo os princípios de priorização dos modos ativos e coletivos de deslocação para a redução da dependência do automóvel;

- 5) mecanismos para garantir a participação pública nas ações do município com impacto na mobilidade urbana, com acompanhamento das diversas etapas dos processos de planeamento e gestão quotidiana do município;
- 6) medidas físicas e de gestão para reduzir o tráfego e o risco rodoviário, especialmente em zonas residenciais, centros urbanos e outros locais onde utilizadores/as vulneráveis convivam com veículos motorizados;
- 7) Limitação do tráfego de atravessamento e reduzir as velocidades permitidas nas ruas em redor das escolas (300 metros de raio), criando entornos mais seguros e menos poluídos e promovendo a mobilidade ativa por parte da comunidade escolar;
- 8) existência de praças e sítios de estadia, e o uso do espaço público na vida das comunidades;
- 9) condições de acesso universal a todas as infraestruturas e serviços de mobilidade, que não excluam pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou mais vulneráveis (idosos/as, crianças, grávidas, entre outros grupos);
- 10) políticas, infraestruturas e equipamentos para incentivar a mobilidade em bicicleta, dando especial atenção à comunidade escolar;

Resíduos e economia circular

A necessidade de redução da produção de resíduos urbanos e de aumento das respetivas taxas de reciclagem ainda se encontra por cumprir em Portugal. As metas para 2020 definidas na Diretiva Europeia 2008/98/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, sobre resíduos, consistem, sinteticamente, em três grandes metas, que ainda não foram alcançadas: 1) atingir uma redução da produção de resíduos de 10% face a 2012; 2) deposição máxima de resíduos biodegradáveis em aterro de 35% e 3)

assunção de um nível de reciclagem mínimo de 50%.

O sistema PAYT (Pay-as-you-throw) na recolha de resíduos urbanos implica uma atuação ativa dos cidadãos sobre a sua produção e correto encaminhamento dos resíduos e tem constituído, a nível internacional, um sistema de referência para a redução da produção de resíduos e para o aumento da taxa de reciclagem..

Em março de 2020 foi adotado o Plano de Ação para a Economia Circular pela União Europeia, constituindo esta transição da Europa para uma economia circular um dos principais pilares do Pacto Ecológico Europeu. Com esta mudança, além da redução dos GEE (sendo a produção de materiais de uso quotidiano responsável por 45% das emissões de CO₂), e a diminuição de pressão sobre os recursos e ecossistemas, espera-se a promoção da inovação e a criação de empregos (cerca de [700 000 postos de trabalho na UE](#) até 2030).

Os apoios à economia circular devem privilegiar projetos que contribuam para o desenvolvimento de modelos de negócio circulares como as simbioses industriais, em que se privilegia a reutilização de resíduos de umas indústrias para outras, bem como incentivar negócios que promovam o arranjo de equipamentos, não esquecendo, o combate ao desperdício alimentar.

É importante destacar a competência municipal fundamental – o saneamento – (delegada em Sistemas Multimunicipais ou não), que deve assumir uma cobertura em todo o território, prevenindo os fortes problemas ambientais e de saúde pública causados pela inexistência de soluções de tratamento adequadas (tratamentos secundários e terciários) e pela aceitação, por parte dos municípios, de efluentes industriais nos coletores públicos sem que estes respeitem os requisitos a nível da carga poluente.

Propomos:

- O desenvolvimento de estudos e implementação de projeto piloto de sistema PAYT (*Pay-as-you-throw*) na recolha de resíduos urbanos,

antecipando a meta estabelecida,

- Elaborar e implementar um plano de ação que identifique as origens do desperdício alimentar no município e soluções para a sua eliminação e aproveitamento;
- Criar um serviço municipal “REPAIR SERVICE” onde também haverá uma bolsa municipal de produtos reciclados prontos a serem de novo utilizados para a produção fabril e de fácil acesso à indústria;
- Promover campanhas nas escolas, empresas e junto dos munícipes para a promoção e sensibilização para a reciclagem, mostrando os efeitos nefastos da sua não execução;
- Alargar o investimento na recolha seletiva porta-a-porta de materiais e bio resíduos/orgânicos a todo o município;
- Garantir o acesso mais facilitado de compostores aos munícipes, formação para o efeito e instalação de compostores comunitários;
- Apostar em educadores ambientais pela cidade a informar e sensibilizar para a adequada separação de resíduos nos contentores e ecopontos, evitando situações de insalubridade;
- Realizar campanhas de sensibilização e responsabilização sob o tema “Recolha de Dejetos Caninos”, disponibilizando sacos biodegradáveis para o efeito;
- Substituir as embalagens de serviço de plástico (copos, talheres e pratos) por embalagens reutilizáveis em todos os serviços municipais ou exigir no caderno de encargos nos serviços concessionados, patrocinados ou eventos realizados pelos órgãos autárquicos (por exemplo, s.joão, queima das fitas, primavera nos sound, etc).
- Incentivar ao desenvolvimento de negócios que visem a partilha de equipamentos e ferramentas tendo por base o conceito ‘Biblioteca das Coisas’;
- Criar pontos de deposição de resíduos verdes de jardinagem em locais estratégicos do município;
 - Investir num projeto piloto que assegure a utilização de materiais porosos (eventualmente reciclados) no asfaltamento das estradas do concelho com

vista à tão necessária percolação, não só para manutenção de lençóis freáticos, como para retardar cheias;

- Assegurar o efetivo cumprimento da Lei das Beatas (Lei n.º 88/2019, de 3 de Setembro) no concelho, dotando todos os caixotes do lixo do município de cinzeiros e colocando-os junto dos estabelecimentos comerciais do município assegurando a disponibilização de cinzeiros e equipamentos próprios para a deposição de resíduos de produtos de tabaco, bem como de sinalética indicando a proibição de atirar as beatas para o chão
- Criar pontos de deposição de resíduos de construção e demolição, assegurando o seu adequado tratamento e fiscalização.

E ainda:

- Instituir a figura municipal de protectores dos meios hídricos (“guarda rios”), complementarmente aos vigilantes da natureza até para reforçar a monitorização e fiscalização de descargas ilegais de efluentes;
- Cobrir, a 100%, a rede de saneamento no imediato;
- Promover mecanismos que permitam a reutilização das águas cinzentas;
- Promover a existência de programas, em articulação com a administração central, que visem a reconversão dos tratamentos de efluentes para modos ambientalmente mais responsáveis;
- Garantir soluções de tratamento de efluentes tendente a circunscrever ao estritamente indispensável as descargas no meio natural;
- Em simultâneo, rever o programa de renaturalização dos rios e ribeiras e garantir a colocação/reparação de redes de drenagem e de guias telescópicas nas ribeiras do município por forma a diminuir as descargas ilegais e a poluição;
- Rejeitar efluentes industriais nos coletores municipais que não cumpram os requisitos no que respeita à carga poluente;
- Lavar o espaço público com recursos a detergentes que não contenham microplásticos;

Agricultura e pecuária

A Estratégia Europeia do Prado ao Prato deve ser implementada com a devida celeridade e trazê-la também para o âmbito municipal, devendo apostar-se numa maior transparência com um rótulo referente aos quilómetros por eles percorridos até chegarem ao consumidor final, bem como os reais custos na sua produção, pelo que propomos **a criação do produto alimentar Porto km0, para tudo o que é produzido no Porto.**

O PAN defende as hortas urbanas são projetos importantes no combate à exclusão social contribuindo para a conectividade dos ecossistemas, para a criação de laços dentro das comunidades e, em algumas situações, para aliviar os reduzidos orçamentos familiares.

Por outro lado, como sabemos, a pecuária é uma das maiores fontes de gases com efeito de estufa. Uma das matérias que continua por resolver no País, apesar das várias estratégias existentes, nunca implementadas, é a do correto tratamento de efluentes pecuários, designadamente através de sistemas de digestão anaeróbia. A falta de fiscalização tem permitido que as pecuárias operem- na ilegalidade, efetuando descargas ilegais de efluentes, muitas vezes para o meio hídrico, poluindo as massas de água e comprometendo os ecossistemas. Por via dos meios hídricos que chegam ao Porto,

Adicionalmente, o controlo de plantas infestantes recorrendo ao uso de herbicidas de síntese é uma prática corrente em Portugal. No Porto foi banido em 2015 o uso de glifosato e assim deve manter-se, assim como de qualquer equiparado.

Assim, o PAN, propõe:

- Promover uma rede de hortas urbanas mais próxima das pessoas;
 - Apoiar a criação de hortas nas escolas;
 - Incentivar o cultivo de os talhões das hortas urbanas por grupos organizados (coletividades, associações, grupos de cidadãos/ãos, ou outras entidades como lares, casas de repouso, escolas), em terrenos municipais que se encontrem ao abandono, promovendo o encontro geracional e a valorização da integração de todas/os;

- Incentivar à criação de pequenas unidades de produção, hortas, pomares, jardins no interior dos quarteirões da cidade e nas áreas permeáveis existentes, através de formação aos munícipes e apoio técnico;
- Promover campanhas de formação e de sensibilização no sentido de as hortas passarem a ser de produção com princípios regenerativos (ex:biológica, natural, biodinâmica, tradicional (policulturas), permacultura, sintrópica, entre outras) fornecendo para tal o apoio técnico para a prossecução desta prática agrícola;
- Introduzir, através de formação de munícipes, princípios e práticas permaculturais nas hortas urbanas e jardins da autarquia;
- Criar um portal específico para as pessoas usufrutuárias das hortas urbanas da cidade, promovendo uma rede de troca de conhecimentos e até de sementes e outros produtos e materiais, promovendo paralelamente encontros entre os usufrutuários/os de hortas;
- Elaborar campanhas de sensibilização junto das escolas que relacionem os graves problemas ambientais que vivemos e a necessidade de garantirmos a nossa soberania alimentar;
- Promover, através da criação de mecanismos de escoamento, ou de pequenos mercados junto às áreas das hortas, uma maior sustentabilidade alimentar da cidade e o consumo de produtos sazonais;
- Implementar um rótulo de hortícola ou vegetal produzido no Porto;
- Reforçar o compromisso pela não utilização de glifosato ou equiparados, declarando o território como "Autarquia Sem Glifosato e outras aplicações generalizadas de herbicidas programadas", privilegiando soluções mais naturais;
- Análises mensais à água de consumo do município e às suas Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e divulgação pública;
- Alargar as análises à água realizadas na água libertada pelas ETARs aos coliformes fecais e à bactéria e.coli e tornar públicas;
- Prestar informação semestral à Assembleia Municipal relativa às ações levadas a cabo ao nível das ribeiras, dar nota do estado das massas de água, identificando as agressões e das ações desenvolvidas.

Se aplicável:

- Garantir a não-isenção de taxas municipais para as atividades pecuárias intensivas;
- Garantir a avaliação municipal dos impactos ambientais e na saúde pública das atividades pecuárias intensivas;
- Divulgar à Assembleia Municipal o número de produtores/explorações em cada autarquia e quantidade média de animais criados, abatidos e comercializados por ano, no município;

Adaptação às alterações climáticas

Nos 5 anos que passaram desde o Acordo de Paris e com todos os compromissos assumidos, a concentração de gases com efeito de estufa passou de 402 partes por milhão para 415 partes por milhão. A partir das 430 partes por milhão, iremos ter um aumento médio da temperatura global de 2 graus celsius, o ponto de não retorno a partir do qual o planeta entra num novo estado climático. Estas alterações vão provocar uma extinção em massa das atuais formas de vida, incluindo da espécie humana. Os cientistas estimam que cerca de 88% da população mundial não sobreviverá. Isto não é ficção científica, é a realidade para a qual caminhamos, se, enquanto decisores políticos, continuarmos sem tomar medidas firmes e coerentes.

É fundamental a ação imediata dos municípios Portugueses na mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Assim, o PAN, propõe:

- Conclusão e publicação até ao final do primeiro semestre de 2022, de um atlas de risco das alterações climáticas, a nível municipal, que evidencie todos os riscos climáticos, como zonas afetadas por submersão e inundação decorrentes da subida do nível do mar, risco de cheias por zonas, valores previsíveis de disponibilidade de água potável, número previsível de dias com ondas de calor e valores máximos de temperatura expectáveis, mapas de risco de incêndio ajustados aos modelos climáticos, mapas de risco de fenómenos meteorológicos extremos,

entre outros que se revelem importantes ao nível municipal;

- A elaboração até ao final do primeiro semestre de 2023, com base no Atlas de risco das alterações climáticas, de um plano de adaptação às alterações climáticas, a nível municipal, que identifique e calendarize ações, para horizontes temporais em cada 5 anos, enquadrados num prazo de 50 anos, sendo focadas, pelo menos, as áreas sectoriais do ordenamento do território; dos recursos hídricos; das florestas; da agropecuária; do planeamento de ações e aquisição de recursos materiais e humanos pela Proteção Civil e da saúde;
- Até ao final de 2024, a revisão dos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente o Plano Diretor Municipal, com a inclusão obrigatória dos resultados e informação constantes no Atlas de risco das alterações climáticas e do plano de adaptação às alterações climáticas;
- Criar um Programa de verificação de mitigação face às alterações climáticas. um selo de aprovação e um plano de monitorização dos planos de pormenor, unidades de execução e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG);

Ecossistemas, biodiversidade e arvoredo urbano/floresta

Aos Municípios cabe um papel preponderante em matéria ambiental, papel que sai reforçado com o alargamento das suas competências em matéria de arborização e rearborização, de gestão das áreas protegidas de âmbito local e cogestão das de âmbito nacional regional a nível das entidades intermunicipais, mas também no restauro, proteção e resiliência dos ecossistemas. A biodiversidade tem enfrentado, ao nível global, um declínio a um ritmo e escala sem precedentes, conforme reconhece o próprio Parlamento Europeu na sua Resolução sobre a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 – Trazer a natureza de volta às nossas vidas.

A crise sanitária está ligada às pressões exercidas sobre ecossistemas e à destruição da biodiversidade. A saúde coletiva sofre cada vez mais os efeitos prejudiciais do betão e da densidade urbanizada. É preciso mais natureza na

cidade. Numa abordagem de "município em transição", os projetos devem fornecer uma abordagem participativa de co-construção e envolvimento das pessoas do Porto, desde a concepção à implementação, ao acompanhamento e à manutenção.

Assim, o poder local e a população devem assumir para si o papel de conservar a biodiversidade, promovendo a conservação de forma a inverter a sua perda. Estudos apontam para a clara necessidade de incrementar as áreas verdes nos centros urbanos, ligando os espaços fragmentados espalhados pela cidade através dos denominados "corredores verdes" ou "corredores ecológicos". Tudo isto se traduz em efeitos positivos na qualidade de vida urbana, na saúde e na adaptação às alterações climáticas, podendo representar um importante papel na retenção de água em momentos de chuva intensa.

Continua a faltar no Porto um regulamento municipal de gestão do arvoredo urbano que garanta a sua efetiva proteção, para que as podas não aconteçam em altura de nidificação nem haja cortes abusivos, para que as caldeiras sejam adequadas e que as árvores plantadas sejam as mais adequadas e com tamanho considerável.

Apesar da área florestal no Porto ser reduzida, a sua gestão é fundamental na adaptação do País às alterações climáticas, na prevenção de incêndios, seja pela retenção de recursos hídricos e combate à desertificação.

Assim, o PAN compromete-se com:

- Garantir a implementação de um Plano de Infraestrutura Verde Urbana que cubra todo o município;
- Elaborar um plano estratégico específico para a preservação dos polinizadores;
- Elaborar censos e publicar um Atlas de biodiversidade, que liste toda a fauna e flora do município, incluindo dos polinizadores;
- Promover a realização de projectos de conservação e de restauro dos ecossistemas, que envolva a comunidade educativa e universitária, na protecção da natureza;

- Assegurar que as políticas municipais, designadamente as propostas apresentadas incluem uma avaliação de impacto na biodiversidade exaustiva que tenha em conta os efeitos individuais e cumulativos e os custos da ação e da inação em termos de impactos imediatos e a longo prazo;
- Criar ligações verdes nas infraestruturas rodoviárias, elevadas ou no subsolo, garantindo a continuidade do corredor ecológico e dessa forma o cumprimento da sua função básica: redução dos efeitos da fragmentação dos ecossistemas e livre circulação de animais;
- Identificar e sinalizar os locais mais críticos em termos de sinistralidade (para além das pessoas) da vida animal e de fauna, bem como a criação de mecanismos de acalmia de tráfego eficazes nesses locais e a necessária colocação de sinalética e a realização de ações de sensibilização e educação sobre a fauna existente, bem como para a importância da preservação da biodiversidade;
- Analisar as áreas fragmentadas espalhadas na cidade, criando manchas verdes entre edifícios e estradas (quando com área suficiente para serem sustentáveis e terem alguma função de forma a serem utilizados pela população);
- Incentivar coberturas e fachadas verdes e a proteção de logradouros não impermeabilizados, estabelecendo metas alinhadas com a Resolução do Parlamento Europeu “Estratégia da UE da Biodiversidade para 2030”;
- Renaturalizar e restaurar áreas degradadas e muitas vezes abandonadas;
- Criar uma equipa para análise do Impacto Ambiental das operações de loteamento, de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento, bem como daquelas que nos termos de regulamento municipal sejam consideradas como de impacto relevante, de forma a garantirem a ausência ou diminuição significativa do impacto ambiental negativo;
- Assegurar, na análise dos loteamentos, que os espaços verdes cedidos têm áreas sustentáveis e com dimensão para serem de facto utilizados e não áreas sobrantes entre edifícios ou molduras dos mesmos, pois são

- espaços com custos de manutenção elevados e sem utilidade prática, que nem sequer cumprem as funções básicas de área verde;
- Criar zonas protegidas para polinizadores, tendo em conta a elevada importância destes na biodiversidade;
 - Promover a criação de guias sobre a biodiversidade, incluindo os polinizadores;
 - Proceder à instalação dos chamados "hotéis para insectos", em articulação com programas de sensibilização e educação, bem como os guias sobre a biodiversidade existente;
 - garantir plantas silvestres e a vegetação espontânea possam fornecer alimento para os polinizadores e promover a existência de prado biodiverso nos espaços públicos
 - Incluir nos planos de arborização do território local de espécies de frutos comestíveis;
 - Assegurar que a gestão e manutenção do arvoredado urbano será feito por profissionais especializados, de forma correta e regular, no âmbito de um regulamento municipal de proteção do arvoredado;
 - Criar uma aplicação informática interativa que permita visualizar e identificar todas as árvores do município com a programação das intervenções e o estado fitossanitário de cada árvore;
 - Promover a alteração dos procedimentos para abate de árvores: o património arbóreo de cada município é único, demora anos a crescer e deve ser respeitado. O abate de qualquer árvore ou conjunto de espécies arbóreas deve ser precedido, não só de um parecer técnico que o justifique, mas também de uma consulta prévia às/aos cidadãs/ãos; Aumentar o investimento na criação de espaços verdes, mas também na manutenção e reabilitação de espaços verdes existentes, garantindo que reúnem as condições adequadas para o seu uso;
 - Promover a existência de agro-florestas/ policulturas, através da maximização das parcelas e da aposta em espécies autóctones;
 - Incentivar uma regular e adequada gestão da matéria combustível dos

terrenos florestais, salvaguardando a preservação do coberto vegetal e do arvoredos;

Monitorização ambiental

O contexto sanitário COVID19 deu origem a novas soluções digitais, aplicadas ao setor laboral, trabalho, do ensino, lazer ou até mesmo para o ativismo climático. Encontramo-nos num ponto de viragem em que a preocupação climática deve incluir soluções digitais. Segundo dados do Fórum Económico Mundial e embora a digitalização consuma acentuados recursos energéticos, não deixa de ser uma forte aliada da ação climática reduzindo emissões até 15%. O conceito de *digital twin*, por exemplo, envolve a integração de vários índices sobre a qualidade ambiental e o funcionamento saudável dos ecossistemas. A nível municipal o conhecimento e monitorização ambientais são preponderantes. Acreditamos que as autarquias podem ser um participante ativo nesta nova era, potenciando a recolha de dados ambientais, a sua integração coerente e a comunicação desta monitorização de forma clara e transparente, tanto para os cidadãos, como para a ciência e decisores políticos. Existem já vários indicadores ambientais definidos pela literatura científica que devem constituir preocupação cimeira de todas as autarquias. Esta atividade é necessária – não apenas a criação do modelo digital do ecossistema do município, mas também do País e da Europa, já que a preocupação é comum à Comissão Europeia. **Se não for integrada do ponto de vista da sustentabilidade, a digitalização será apenas mais uma atividade que contribuirá para alterações climáticas.**

Assim, o PAN, propõe:

- Elaboração de um estudo sobre a pegada ecológica municipal e da biocapacidade do concelho.
- Criação de observatório de ruído e resolução dos problemas identificados;
- Criação de observatório da biodiversidade e atuação em conformidade;
- Criação de outros observatórios através de plataformas para monitorização ambiental de forma integrada e homogénea baseada em

- índices claramente definidos, tais como o uso do solo, descarga de nutrientes, qualidade da água e qualidade do ar;
- O diálogo com a ciência no sentido de criar projetos de ciência cidadã com vista à monitorização ambiental em vários aspetos: identificação de espécies, referenciação de poluição e poluidores, índice de qualidade da água, por exemplo;
 - Participação e integração das escolas do município nos projetos de ciência cidadã;
 - Divulgação de dados ao público e da análise científica dos mesmos;

Os rios são vitais para o equilíbrio entre a manutenção das comunidades, as suas atividades económicas e a conservação da flora e fauna. A água doce é um recurso natural de valor inestimável, escasso e essencial à vida na Terra. Os ecossistemas de água doce, nos quais se incluem os rios, são essenciais para cerca de 10% do total de espécies conhecidas, incluindo 1/3 de todas as espécies de vertebrados. Mas a biodiversidade de água doce tem sofrido um declínio acelerado a nível global. O índice de populações selvagens nos ecossistemas de água doce caiu 83% desde 1970, mais do dobro da taxa de declínio de espécies de ecossistemas terrestres e marinhos e a taxa de perda ou degradação de zonas húmidas é três vezes superior à taxa de perda de florestas (IPBES, 2019).

As metas de Aichi, estabelecidas pelas Nações Unidas, no âmbito da Convenção para a Diversidade Biológica (<https://www.cbd.int/sp/targets/>), têm como objectivo reduzir ou parar a perda de biodiversidade. Também na estratégia de protecção da biodiversidade do Pacto Ecológico Europeu está estabelecido o compromisso de, até 2030, pelo menos 30% da área terrestre da União Europeia ter um estatuto legal de protecção (EC, 2020).

Em paralelo, considerando que os oceanos constituem um importante sumidouro de carbono, no Projeto de Lei do Clima que apresentámos propomos que, o Governo apresente, até ao final de 2022, um plano de mitigação às alterações climáticas para os oceanos, que privilegie a defesa dos ecossistemas marinhos

face a eventuais explorações económicas dos oceanos e com vista a reverter os efeitos da poluição, nomeadamente a degradação de habitats marinhos e declínio da biodiversidade. Contudo, independentemente do papel do Governo nesta matéria, é fundamental o contributo dos municípios para que se atinja este desígnio.

Assim, propomos ainda:

- Criação de uma ferramenta municipal de proteção do mar, praia e orla costeira, consubstanciada num conselho consultivo das autarquias que englobe as diversas entidades associadas à temática.
- Promover a reconversão das atividades náuticas para meios energéticos mais sustentáveis e silenciosos, garantindo um menor impacte ambiental:
- o Promover, em articulação com a administração central, programas de recolha do lixo marinho e deposição de resíduos, nomeadamente através da colocação de eco-ilhas nas praias, portos marítimos e fluviais;

Proteção e bem-estar animal

Embora de forma tímida, tem havido um esforço - muito por iniciativa do PAN e da sociedade civil - para se abandonar uma posição marcadamente sanitarista, para assumir hoje um papel de maior destaque e de garante de políticas relacionadas com o bem-estar e saúde animal.

Seja no domínio dos animais de companhia, dos animais errantes ou abandonados - que se estende aos animais considerados de pecuária, selvagens ou exóticos - da fauna local ou dos animais utilizados nas diferentes

áreas do entretenimento, ou com fins económicos, as autarquias devem guiar-se por princípios agregadores do respeito pelos animais, sobretudo na convergência das diferentes políticas orientadoras, sejam elas de âmbito social, económico, cultural, comercial, desportivo, ambiental e até urbanístico.

Os maus-tratos, o abandono, o acorrentamento, a reprodução descontrolada de animais de companhia, inclusive dos denominados animais de quinta ou de pecuária, a falta de condições de alojamento em que são mantidos, a detenção irresponsável de animais selvagens ou exóticos, as perdas de habitat, entre muitas outras realidades, devem ser eficazmente combatidas pelo município.

Por outro lado, importa promover a esterilização dos animais detidos, a adoção, a detenção responsável em respeito pelas condições de bem-estar nas suas diferentes dimensões (física, emocional e comportamental).

É fundamental apostar na educação e nas ações de sensibilização, devendo a autarquia para o efeito dotar-se de meios humanos e estruturais devidamente habilitados e adequados, que lhe permita dar resposta aos desafios impostos pelo decorrer dos tempos em matéria de proteção animal.

É igualmente prioritária a necessidade de uma maior articulação e apoio da autarquia a todos os interlocutores que atuam no terreno. De facto, as associações de proteção animal, bem como muitos munícipes de forma individual, têm-se substituído às autarquias não só na sua obrigação de proteger os animais, mas também em proporcionar-lhes as condições dignas de existência. Não conseguimos compreender que em pleno século XXI, num município moderno e desenvolvido não estejam a ser implementadas políticas concretas e eficazes nesta área.

As políticas públicas municipais devem assim evidenciar e assumir comportamentos ético-humanitários, aos quais não pode ser alheia a implementação de políticas eficazes de proteção e bem-estar animal.

- Promover a realização de campanhas de sensibilização e programas educativos na área do bem-estar e proteção animal, junto da comunidade escolar e população em geral, abrangendo as seguintes

temáticas:

- abandono e maus-tratos animais;
 - detenção responsável de animais de companhia, deveres e cuidados de saúde e bem-estar animal, designadamente vacinação, alimentação, esterilização, abeberamento e adequadas condições de alojamento;
 - benefícios da esterilização e controlo da reprodução não planificada de animais de companhia;
 - acorrentamento permanente de animais ou o seu confinamento excessivo, nomeadamente em varandas, saguões ou espaços exíguos.
- A autarquia só deve conceder apoio institucional, nomeadamente de cariz financeiro ou a cedência de outros benefícios ou isenções, a atividades científicas que apostem na experimentação em modelos alternativos, não apoiando atividades que envolvam experimentação com animais, incluindo o licenciamento da construção de novos biotérios;
 - Criar na orgânica da Câmara Municipal um pelouro denominado “Proteção, saúde e Bem Estar Animal”;
 - Actualizar Plano Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar animal, adequado ao ano 2021, dotado de verba orçamental para a sua execução;
 - Dotar o CROA de todos os recursos humanos necessários que possuam a devida qualificação técnica e aptidão para as funções, devendo, para além de médicos-veterinários municipal e dos tratadores-apanhadores, assegurar-se a existência de enfermeiros veterinários, auxiliares de medicina veterinária e especialistas em comportamento animal, que possam avaliar animais cujo comportamento possa ser considerado agressivo ou assilvestrado e promover, sempre que possível, a sua reabilitação e respetiva socialização com pessoas e/ou outros animais, devolvendo os animais assilvestrados ao seu habitat após a esterilização ou tratamento;
 - Garantir os recursos técnicos como equipamentos de radiologia e

- imagiologia veterinária e exames de diagnóstico (ex: análises clínicas), e ainda dotar de meios de tratamento e cirúrgicos a assegurar no próprio local, por exemplo, de animais errantes vítimas de atropelamento e de animais de pessoas e famílias com comprovadas carências económicas;
- Garantir a actuação dos serviços médico-veterinários também na comunidade, para que através de um acompanhamento próximo às pessoas e famílias que se encontrem numa situação economicamente e socialmente mais vulnerável, (em articulação com os serviços sociais) se proceda à verificação das condições de saúde e de alojamento do animais que tantas vezes, mesmo com detentor, carecem de cuidados médico-veterinários urgentes e de alimentação adequada;
 - Assegurar, acautelando o Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD), a existência de meios de videovigilância no CROA e zonas envolventes que permitam a identificação das pessoas que procedam ao abandono de animais no local;
 - Criar programas de apoio, geridos pela autarquia ou em parceria com as associações zoófilas, dirigidos a pessoas em especial situação de vulnerabilidade social e de sem-abrigo que detenham animais, por forma a assegurar a alimentação dos mesmos e a prestação de cuidados básicos, como o plano de vacinação, cuidados de saúde e higiene animal;
 - Criar programas de apoio, em articulação com as associações zoófilas, que contemplem a adaptação do espaços onde os animais se encontrem às condições de bem-estar animal, designadamente, mediante a construção de vedações ou instalação de boxes adequadas às necessidades dos animais, que permitam solucionar a situação dos animais acorrentados;
 - Promover a realização de ações de apoio social a pessoas séniores e/ou com especial vulnerabilidade detentoras de animais, combatendo por um lado o seu isolamento e por outro as dificuldades muitas vezes sentidas por esta parte da população relativamente ao suprimento das necessidades básicas dos animais de companhia, como os cuidados

médico-veterinários, a higiene ou o passeio;

- Estabelecer uma rede de Famílias de Acolhimento Temporário (FATs), em colaboração com as Juntas de Freguesia, que permita que os animais possam ser acolhidos antes de seguirem para uma família definitiva. No estabelecimento desta rede de voluntários, prestar especial atenção à possibilidade da pessoa sénior como FAT, sempre que asseguradas as questões de segurança, tanto para a pessoa como para o animal, pois existem séniores a viver sozinhos, nas suas plenas capacidades, e cujo acolhimento de um animal servirá de apoio às duas partes: à pessoa que vive sozinha e ao animal que se encontra para adoção. Os custos inerentes a cada animal em FAT são assegurados pelo município;
- Estabelecer projetos com lares e centros de dia para incentivar a adoção de animais e possibilitar que os idosos possam levar os seus animais de companhia para estes locais, tendo em conta o seu papel terapêutico e a mais-valia do estabelecimento de laços afetivos que daí normalmente resulta;
- Assegurar a inclusão dos animais de companhia nos Planos Municipais de prevenção e combate à Violência Doméstica, quer no âmbito das ações de sensibilização e de prevenção, quer permitindo o acesso dos animais aos espaços de apoio à vítima da competência do município, sejam de acolhimento temporário ou casas-abrigo. Sempre que não seja possível assegurar a permanência do animal junto da vítima de violência doméstica, a autarquia deve assegurar o seu alojamento no Centro de Recolha Oficial;
- Realizar campanhas de esterilização permanentes de animais de companhia, incluindo os animais errantes ou abandonados do concelho, bem como os que se encontrem à guarda ou sob a responsabilidade das associações zoófilas;
- Implementar projetos alternativos ao CROA, que permitam a realocação de cães silvestres ou assilvestrados para espaços vedados e devidamente controlados, através da criação de “santuários” para a vida animal/parques para matilhas, garantindo a respetiva alimentação, abeberamento e controlo populacional. Deverá também estar prevista a possível socialização e

encaminhamento de animais para adoção, sempre que as suas características o permitam. Até à criação dos parques para matilhas, devem ser esterilizados, por forma a não se agravar o problema, e definidos locais para a sua alimentação e abeberamento, evitando a sua deambulação e ataque a pessoas e outros animais;

- Por uma questão, não só legal, mas também ético-humanitária, de saúde pública e animal, a autarquia deve proceder à alteração dos regulamentos ou posturas municipais que proibam a alimentação de animais nas vias e demais lugares públicos, passando a permitir, nomeadamente, a alimentação dos animais das colónias controladas ao abrigo do programa CED e das matilhas. Estas medidas devem salvaguardar sempre a salubridade dos locais definidos para o efeito e a utilização de alimento seco e adequado à espécie;
 - Para resolver o problema das matilhas é preciso o município ter equipa e material de equipamento especializado, criar espaços para alojar estes animais, ou os que possam ser devolvidos criar a figura de animal comunitário municipal;
- Realizar campanhas de adoção periódicas, em cooperação com as associações zoófilas e grupos de ajuda animal, com vista à sensibilização dos munícipes e com o objetivo de se encontrarem lares para os animais existentes para adoção no CROA, bem como nos canis/gatis das associações zoófilas de ajuda animal do concelho;
- Assegurar a existência de protocolos e termos de adoção, os quais devem incluir uma avaliação prévia dos potenciais adotantes dos animais alojados no Centro de Recolha Oficial - o que inclui a verificação das condições de alojamento dos animais nas habitações dos adotantes como forma de prevenir situações de maus tratos ou acorrentamento/confinamento/isolamento dos animais - mecanismos de apoio e acompanhamento pós-adoção, com vista a potenciar o sucesso da adoção e a reduzir o número de animais devolvidos e/ou abandonados;
- Implementar o conceito de Animal Comunitário, garantindo a proteção legal dos animais que são cuidados num espaço ou numa via pública limitada,

cuja guarda, detenção, alimentação, esterilização e cuidados médico veterinários são assegurados por uma comunidade local de moradores;

- Promover medidas de apoio às associações de proteção animal que atuam no concelho, consoante as necessidades existentes, por exemplo, a nível monetário, alimentação, cuidados médico-veterinários, esterilizações, melhoramento ou cedência de espaços para canis ou gatis;
- Assegurar, em articulação com o operador, o acesso de animais de companhia aos transportes públicos, incluindo os cães cujo porte não permite que se façam transportar acondicionados em transportadoras, desde que circulem acompanhados pelo seu detentor e não coloquem em causa a segurança ou conforto dos restantes passageiros;
- Proceder à realização de um censo para determinação da população animal, para apuramento dos animais existentes no concelho, independentemente da finalidade com que são detidos, visando o reforço da fiscalização, da prevenção do abandono, do socorro em caso de incapacidade temporária ou definitiva do detentor, e do bem-estar e saúde animal;
- Realizar periodicamente campanhas de identificação eletrónica dos animais de companhia;
- Criar uma plataforma online que permita identificar os animais que se encontram abandonados ou perdidos na via pública, proceder à sua georreferenciação e identificação fotográfica e, se for o caso, informar os munícipes da resolução do pedido de recolha do animal;
- Dotar as diferentes forças policiais de atuação municipal e associações zoófilas de leitores de microchip de forma a permitir a identificação imediata de animais encontrados na via pública e respetivos detentores, assim como de meios humanos e formativos para garantir uma melhor atuação, ao mesmo tempo que se alarga o horário de intervenção, incluindo horas nocturnas, fins semana e feriados;
- Fiscalizar o uso de animais utilizados para fins de mendicidade e angariação de fundos, com vista a prevenir os abusos e o sofrimento a que muitas das vezes estes animais são submetidos, sendo forçados a permanecer por diversas horas na mesma posição e sem que possam manifestar o seu

comportamento natural, em contacto com o público e até sujeitos a condições climáticas adversas sem que lhes seja proporcionado abrigo ou conforto térmico";

- Quer pela sua ineficiência, quer sobretudo por razões humanitárias, a autarquia deve promovendo a implementação de uma rede de pombais contracetivos, aliada à identificação / anilhagem das aves, bem como à substituição dos ovos, controlo de doenças e alimentação adequada à espécie;
- Relativamente às populações de gaivotas, a solução deve passar pela adoção de medidas promotoras da harmonia entre a população e estes animais, de forma duradoura e sustentável, preservando a vida das aves e o bem-estar geral.
- A autarquia deve promover ações de informação e sensibilização da população, que não passe pela estigmatização de pombos e gaivotas, deixando de se referir aos mesmos como “pragas” e de advertir incorretamente quanto a possíveis doenças que não são sequer transmissíveis ao ser humano. A par destas medidas, deve ainda ser possibilitado o acolhimento e tratamento de animais feridos no Centro de Recolha Oficial ou noutra equipamento municipal que venha a ser designado para o efeito como a criação de um CRAS;
- A autarquia deve contribuir para o desenvolvimento do conhecimento sobre os animais existentes no concelho e promover a realização de estudos em parceria com instituições de ensino, investigação e proteção aos animais, com vista a fomentar uma maior proteção, saúde, bem estar animal e sensibilização da população quanto às suas características, necessidades e preservação dos seus habitats;
- A autarquia não deve apoiar o SEA LIFE, uma vez que se trata de um espaço comercial que captura animais do seu habitat para exibição, pelo que a autarquia deveria promover a reconversão daquele espaço num local de tratamento de animais marinhos e consequente devolução à vida natural

Segurança, Emergência, Proteção Civil

- Criar o serviço municipal de emergência animal (vulgo ambulância animal) que possibilitará o transporte de animais 24 horas por dia em situações de emergência, designadamente animais atropelados ou que careçam de ser transportados pelos seus detentores para clínicas veterinárias e CROA, quando estes não disponham de capacidade de se deslocar pelos próprios meios;
- Criar equipas técnicas multidisciplinares, integrando médicos veterinários municipais, biólogos e assistentes sociais, para reforçar a fiscalização da proteção e bem-estar animal pelas autoridades competentes, com vista à prevenção dos crimes contra animais e permitindo uma atuação mais célere, concertada e eficiente, nomeadamente na verificação das condições de alojamento e bem-estar animal e, sempre que necessário, nos procedimentos inerentes à apreensão cautelar dos mesmos;
- Assegurar a revisão dos planos de contingência municipal, de proteção civil ou de estratégia de intervenção, nomeadamente em caso de catástrofe, acidente ou desastre natural e em situações climatéricas extremas, criando unidades multidisciplinares de salvamento e resgate animal que integrem médicos- veterinários. Deve ainda ser garantida a inclusão dos animais das pessoas em situação de sem-abrigo, permitindo o seu acesso aos espaços existentes, sejam de acolhimento temporário ou casas-abrigo.
- Criar um procedimento transdisciplinar para intervir de forma especializada em casos de perturbação de acumulação de animais;

Habitação e Património Público

Acreditamos que o direito fundamental à habitação deve, em primeira linha, ser materializado pelo Estado. Assim, defendemos que a resposta à atual crise passa por investir na criação de uma rede de habitações públicas através, sobretudo, da reabilitação do património municipal e do Estado e, quando

necessário, de nova construção, devendo estas habitações ser passivas energeticamente, e garantir a defesa dos valores da inclusão e do espírito de comunidade. Se pretendemos que o setor privado faça parte integrante da solução, devemos sentar-nos com os/as representantes das distintas partes - inquilinos/as, pequenos/as proprietários/as, grandes proprietários/as, fundos imobiliários, alojamento local, hotelaria - e perceber, em conjunto, como criar uma efetiva mudança de paradigma para o arrendamento, tornando-o acessível e compatível com os recursos financeiros existentes, ao mesmo tempo que aliciante e justificável.

Portugal já está atrasado no incentivo à habitação colaborativa. Defendemos que o município deve dinamizar a habitação colaborativa pelo espírito de comunidade, poupança de rendimentos e partilha de espaços que este regime estimula e também pelos benefícios ambientais que pode potenciar, como a partilha de painéis fotovoltaicos, espaços verdes entre muitos outros. Perante a problemática da instabilidade na habitação e do não acesso à mesma, as pessoas em situação de sem-abrigo necessitam de uma resposta urgente e por isso, em cada Orçamento do Estado, o PAN tem pugnado pelo aumento significativo de respostas Housing First, importando destacar que o número de pessoas sem casa ou sem teto aumentou com a atual crise e que o seu perfil se alterou, tendo ficado nesta condição pessoas provenientes dos diversos setores de atividade que foram fortemente impactados, entre eles a restauração, as artes e espetáculos e os serviços de turismo. Sendo a habitação uma ferramenta essencial para o processo de integração na sociedade e de construção de uma vida melhor, as respostas para esta e para outras populações vulneráveis não devem passar pela criação massiva de alojamentos temporários de emergência, mas sim pela criação de bolsas de fogos habitacionais de longa duração, com valores de arrendamento adequados a cada situação específica e evolutivos no tempo, através de programas comunitários com implementação territorial nos quais exista o devido acompanhamento e apoio, nomeadamente na procura e manutenção de emprego, no apoio à escolaridade e à aprendizagem ao longo da vida e nas relações com o Estado e com as distintas instituições. Um dos

aspectos que conseguimos garantir nesta 2ª sessão legislativa, é facilitar o acesso ao cartão de cidadão por pessoas em situação de sem abrigo, considerado a morada da Câmara Municipal para o efeito.

Por fim, e num eixo no qual a reabilitação desempenha um papel primordial, importa garantir que as habitações reabilitadas têm as necessárias componentes de neutralidade energética e carbónica no edificado, acreditando o PAN que é urgente trazer para o debate o combate à pobreza energética, que atinge tantas famílias portuguesas. Portugal continua sem políticas claras nesta matéria, sendo os baixos rendimentos da população um obstáculo à aquisição de sistemas eficientes de aquecimento e arrefecimento e à realização de obras de reabilitação.

É igualmente necessário definir critérios de aquecimento e arrefecimento por região, fazer chegar os apoios nacionais e comunitários aos cidadãos, não os retendo no meio de uma rede burocrática exigente. O PAN entende que é importante o município focar-se na execução dos programas e dos fundos existentes para não acontecerem as situações recorrentes de se chegar ao fim dos programas comunitários com uma baixa taxa de execução.

Assim, para além do já exposto no 1º capítulo, propomos:

- Promover a reabilitação dos bairros, ilhas, casas de auto-construção de forma a valorizar as comunidades de bairro e seus laços afectivos e familiares de vizinhança e família
- Recuperar os pátios interiores para a construção de equipamentos e zonas verdes para a cidade;
- Políticas de renovação urbana que promovam a inclusão e a diversidade social;
- Implementação de Instrumentos que aprofundem a participação dos cidadãos nas questões relativas à habitação;
- Pugnar pela neutralidade carbónica do edificado habitacional, adaptando todo o edificado residencial público às exigências impostas pelos

compromissos assumidos a nível europeu quanto ao clima, ambiente e responsabilidade social;

- Dotar todos os edifícios municipais de meios de produção de energia e aquecimento de águas, reduzindo a sua pegada ecológica, bem como o peso dos gastos no orçamento público, e incentivar as restantes entidades públicas do município a adotar a mesma medida;
- Criar um programa municipal denominado “Edifícios Vivos” - públicos ou privados - visando a neutralidade carbónica, o respeito pelo ambiente e pelo património arquitetónico, que tenha como critérios de elegibilidade para apoio financeiro e técnico:
 - otimização da implantação e da orientação da construção;
 - minimização do impacto no local;
 - utilização de materiais locais;
 - aplicação de boas práticas para a reutilização, reciclagem e valorização de resíduos de construção e demolição;
 - instalação de equipamentos de reutilização da água da chuva e de equipamentos produtores de energia renovável;
 - aposta nas fachadas e coberturas verdes;
 - utilização do conceito *passive house* (edifícios passivos, ou seja, edifícios cujo design permite um consumo muito baixo de energia para aquecimento ou arrefecimento);
- Criar gabinetes de atendimento técnico de apoio aos particulares na área do projeto, instalação e definição de equipamentos, que permitam melhorar a eficiência energética e o conforto da habitação, procurando incentivar as casas passivas e ainda apoiando o setor privado na elaboração de candidaturas a programas já existentes ou novos do Governo e/ou do município;
- Assegurar que os edifícios a construir, ou objeto de reabilitação profunda ou ampliação, dispõem de postos de abastecimento de veículos elétricos nos parqueamentos e locais adequados para parqueamento de bicicletas;

- Aprovar um Guia de Boas Práticas Ambientais em edificado e no desenho urbano, onde se inclua um conjunto de compromissos e de medidas a tomar com o objetivo de reduzir as respetivas pegadas ecológicas;
- Criar projetos municipais com o objetivo de combater a pobreza energética, recorrendo a fundos europeus, alinhados com os instrumentos já existentes a nível nacional, através de benefícios fiscais para proprietários/as que procedam a obras neste âmbito, da não cobrança de taxas de licenciamento neste tipo de obra e de apoio financeiro e técnico relativo, entre outros, a materiais de construção; eficiência energética; implementação de soluções de base natural nos edifícios;
- Elaborar um Estudo de Avaliação da Pobreza Energética do edificado habitacional existente no município (público e privado), utilizando distintos indicadores como o preço da energia e a relação com as receitas/gastos do agregado; auto-perceção da pobreza energética; medição da adequação da temperatura;
- Atualizar a lista dos edifícios municipais ou do Estado com amianto, dentro da área do município, realização de análises laboratoriais e da qualidade do ar interior e elaboração de calendarização para remoção de todos os materiais e equipamentos que contenham amianto pertencentes à administração local até ao final do ano de 2022.
- Elaborar um levantamento do parque habitacional público para identificação do seu estado de conservação e ocupação, a par do levantamento e análise das necessidades de habitação nas diferentes áreas urbanas e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos;
- Rever os critérios de atribuição de habitação municipal de forma a garantir o acesso ao direito à habitação a todas as pessoas, estudando a alteração dos atuais critérios, garantindo os princípios da igualdade e da não discriminação em razão da ascendência, orientação sexual, identidade e/ou expressão de género e características sexuais, raça, etnia,

- língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, ou qualquer outro fator;
- Garantir o acesso a pessoas com animais de companhia a todas as habitações municipais;
 - Apostar num forte reforço do investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal;
 - Criar uma verba/ Aumentar a verba no Orçamento Municipal alocada ao Arrendamento Jovem;
 - Erradicar as situações de alojamento precário;
 - Criar, em articulação com municípios limítrofes, bolsas habitacionais específicas que permitam atribuir fogos a pessoas ou famílias em situação de especial vulnerabilidade;
 - Criar bolsas específicas a atribuir a entidades públicas ou privadas que tenham programas de apoio e proteção de pessoas vítimas de violência doméstica, discriminação ou marginalização habitacional, nomeadamente migrantes e refugiados, pessoas em situação de sem-abrigo, menores vítimas de abandono ou maus tratos, pessoas LGBTI+ especialmente vulneráveis e pessoas idosas que se encontrem em camas hospitalares sem família que as possa ou queira acolher, com possibilidade de permanecerem com os seus animais de companhia;
 - Promover e incentivar, através do município, projetos de habitação cooperativa, colaborativa e participada, os quais devem envolver os/as futuros/as residentes no planeamento, construção e/ou reabilitação, bem como na futura gestão e manutenção, compreendendo uma ampla variedade de formas de habitação coletiva ou individual, baseada nos princípios da economia solidária, da partilha de conceitos, de partes comuns como hortas, jardins e bibliotecas, apoio ao cuidado de pessoas idosas, pessoas com necessidades especiais e animais de companhia;
 - Criar programas piloto de apoio à autoconstrução de habitações através de candidatura por grupos comunitários ou associações locais;

- Implementar programa de obras de conservação e de melhoria de imóveis de habitação, envolvendo a população residente, desde a definição das necessidades e definição do projeto até à execução da obra, proporcionando, mediante a análise de caso, materiais, tutoria, dinamização de equipas, entre outros aspetos;
- Promover maior participação cidadã nas diversas fases de planeamento da cidade através de encontros com a comunidade, procurando desta forma que as soluções vão ao encontro das reais necessidades de cada comunidade e em cada território;
- Evitar a criação de bairros específicos de habitação pública, ocupando preferencialmente a área da cidade consolidada, de forma dispersa e integrada;
- Assegurar a articulação e o acompanhamento dos programas de reabilitação e regeneração com programas integrados de inclusão social, nomeadamente programas de empregabilidade, escolas, redes de transportes públicos e comércio local.

Turismo

O turismo tem uma marca significativa no Porto quer pelo que traz para a economia da cidade e da região, quer pela pegada ecológica e social que nos deixa. O PAN não tem uma visão liberal das políticas de turismo, tem uma visão ecocêntrica e por isso temos de olhar para os impactos positivos e para os negativos. O papel do turismo, deve ser reconhecido mas não pode politicamente ser visto como tábua de salvação da cidade, por variadíssimos motivos. O PAN tem uma visão do Porto de sistema aberto, isto é, o nosso Porto deve ser partilhado com outras pessoas que o possam também apreciar. Não pode é com isso prejudicar mais do que beneficiar as pessoas que cá vivem, como um todo. **Dizia-nos um comerciante, em jeito de**

confidência, que a “máquina registadora sorria, mas que olhava para o lado e deixou de ter vizinhos”. Logo, um equilíbrio tem de ser encontrado, não se pode perseguir um turismo desregrado e de exploração desenfreada como o que já aqui tivemos antes da crise sanitária.

A taxa turística foi uma medida que defendemos como forma de financiamento das políticas municipais e que veio a ser implementada. Porém, não foi implementado nem desenvolvido o cálculo de uma carga turística no Porto, nem o turismo foi pensado no médio e longo prazo. Não houve uma estratégia de diversificação turística, nem uma seleção de turistas, **apostou-se no turismo em modo fast-food, no qual não nos revemos, transformando o Porto num palco low cost, isto quando o Porto merece ser tratado de forma diferente, com outra dignidade. Desta perspetiva liberal do turismo que nos foi vendida como sinónimo de liberdade, demarcamo-nos dela e não a faríamos assim, porque liberdade significa respeito por todos inclusive pelos que querem morar no Porto. Pelos que são do Porto e sempre cá moraram e se viram, agora, empurrados para outras cidades limítrofes.**

Durante o período pandémico, o executivo deveria ter planeado com o sector uma forma diferente de fazer turismo, **numa perspetiva plurianual 2021.2025, um plano estratégico para este regresso à dita normalidade.** Este tem de ser também ambientalmente adequado. Acontece que o turismo pensado à moda do século XX é uma política demasiado frágil. A câmara municipal tem de ter um papel regulador, tem de ter um papel proativo de políticas de planeamento e de gestão da cidade. O programa que o executivo criou para apoiar os alojamentos locais e atraí-los para o mercado de arrendamento estava feito para apoiar grandes proprietários como os fundos imobiliários. E não são

esses que precisam de apoio do município, são os proprietários de menor e média dimensão. O Porto precisa de um executivo com um plano estratégico de turismo pensado para os diferentes segmentos turísticos, que nos vêm visitar. **Precisa de uma oferta diversificada diluída nas várias freguesias da cidade, mas, para tal tem de haver quotas entre a oferta turística e a oferta residencial. Por exemplo, o executivo abdicou de fazer o regulamento do alojamento local, mas também abdicou de construir uma cidade turística que não a transforme num local amorfo.** O atual executivo vive numa política até esgotar os “ovos de ouro”, sem os cuidar e acima de tudo sem planear. Para o PAN é claro que nenhuma atividade económica poderá ser sustentável se não respeitar os limites do Planeta. O mesmo acontece com o nosso território, o Porto. O turismo, no Porto, não pode crescer infinitamente. Crescer assim nunca será sustentável pois os nossos recursos são finitos. **Evidentemente o turismo tem impactos em todas as áreas na cidade. Mobilidade, habitação, ambiente e até no consumo e venda de substâncias psicoactivas.**

Logo, terá de haver, desde logo, um limite de visitantes. Em especial se usarem meios de transporte que deixem uma enorme pegada ecológica (meios aéreos e marítimos). E, isto é o que tem vindo a acontecer. Paralelamente, deveremos incentivar o turismo interno, da península e da UE, em especial aquele que nos pode chegar via ferrovia e por isso temos defendido ligações nacionais e internacionais eficientes, respostas estas que são necessárias para ontem.

Um plano estratégico para o turismo tem de incluir critérios ambientais, a mobilidade turística, a inovação e a cultura, isto numa visão de ordenamento de território, enfim, Barcelona começou a fazer isso em 2020 depois do caos

instalado durante muitos anos. Os modelos de gestão turística têm de contemplar aspectos como o ambiente, a mobilidade, a habitação, caso contrário serão políticas ocas e artificiais que irão inchar até estourar. A própria taxa turística pode servir como regulador desta atividade. Por exemplo, ser mais elevada para quem vem ficar apenas de 2 a 4 dias, sendo mais baixa para quem ficar mais de cinco dias.

Falta planeamento estratégico no turismo. Aliás no Porto falta, em geral, isso mesmo. Analisar e planear estrategicamente. Fica-se habitualmente pela análise situacional, passando-se, sabe-se lá como, para a implementação de medidas avulsas de curto prazo. Isso é mais visível na forma como se pensa localmente o comércio e os serviços, em especial quando falamos naqueles que suportam a procura turística.

Queremos apostar num turismo de qualidade e num turismo responsável. Assim, propomos um pelouro especificamente para o efeito. Sabemos que temos de apostar num turismo diversificado, o que não aconteceu. Sabemos que a inovação e a cultura serão factores determinantes no seleccionar de determinados públicos-alvo. Queremos um turismo que beneficie a cidade e os portuenses e não um turismo que beneficie apenas alguns. Esse equilíbrio, em nome do Bem Comum precisa de ser encontrado. É a isso que nos propomos quando dizemos que queremos um gabinete específico para trabalhar políticas para o “turismo responsável”, ou seja, para encontrarmos o equilíbrio necessário. Para tal terá sempre de haver regulamentos, limites e estratégia para um turismo que traga valor e que valorize o Porto.

Segundo os últimos dados divulgados, o período do verão tem marcado o regresso do turismo às cidades da região do Porto e Norte de Portugal, onde a taxa de ocupação nos empreendimentos turísticos estará a rondar os 50%, Sabemos também que há uma ambição do sector de “voltar à normalidade de 2019”, mas, desafiamos o sector a aceitar que se faça um estudo de capacidade de carga turística no Porto, estando disponíveis para co-construir um plano estratégico de turismo responsável, inovador e diversificado na cidade. Queremos co-construir a estratégia para o turismo, com o sector, com a participação cívica, queremos reorientar as ações de promoção turística do município para territórios próximos e em regiões acessíveis por comboio, e com enfoque em atividades com baixo impacto ambiental. Queremos estabelecer, quer no município, quer em articulação com os concelhos limítrofes, um roteiro turístico diversificado em toda a região investindo num turismo de longa duração/sustentável e não num turismo “fast food”. Queremos criar um programa municipal de auxílio aos profissionais ligados ao sector do turismo que estejam em situação de desemprego há mais de um ano, podendo formar-se noutras áreas de interesse e necessárias na cidade. É verdade que defendemos um turismo com limites, e para isso terão de haver regras, a própria taxa turística como referi pode ser mais elevada nos primeiros dias e baixar a partir do quinto dia. Terá de haver limites ao número de alojamentos turísticos por área na cidade, pois sem um Porto real, habitado, esse será só um turismo faz de conta, ou seja a cidade não pode deixar de estar deserta de habitantes, para estar cheia de turistas. Acresce ainda a necessidade de regular o turismo fluvial e valorizar o rio Douro, assim como para tal, queremos que saia da gaveta o plano de gestão do estuário do Douro e

a retoma da travessia fluvial Porto-Gaia, em barco elétrico, que servirá residentes e turistas.

Destacamos ainda a rede de espaços verdes que queremos ver garantida na cidade, assim como um roteiro ambiental que queremos criar, de valorização do património ambiental e de promoção de literacia. Aquelas que são as respostas de proximidade que entendemos fundamentais e que se devem pautar por inovação e qualidade, são potenciais roteiros desde as hortas, os parques caninos inovadores, a cultura de proximidade. Apostar nestes roteiros através de meios suaves são uma aposta que deve ser uma realidade para usufruto de portuenses e de turistas.

Assim, o PAN propõe:

- denominar o pelouro de “turismo responsável”
- co-construir um plano estratégico plurianual de turismo responsável (2022-2025) inovador e diversificado na cidade;
- promover um estudo de capacidade de carga turística no Porto (biocapacidade);
- promover uma oferta diversificada diluída nas várias freguesias da cidade, mas, para tal tem de haver quotas entre a oferta turística e a oferta residencial.
- adequar a taxa turística: ser significativamente mais elevada para quem vem ficar apenas de 2 a 4 dias, sendo mais baixa para quem ficar mais de cinco dias.
- regular o turismo fluvial e valorizar o rio Douro, assim como para tal, queremos que saia da gaveta o plano de gestão do estuário do Douro;
- retoma da travessia fluvial Porto-Gaia, em barco elétrico,
- desenvolver roteiros ambientais com promoção de literacia;

- promover roteiros em modos suaves
- promover roteiros Porto cidade inovação e inclusão
- implementar um projeto piloto de moeda social digital Porto.
- Promover a criação de um Parque de Campismo Ecológico no Município. (nas zonas adjacentes ao parque oriental, ou outro, dependendo da iniciativa privada).

● Educação

É necessário rever e transformar as políticas educativas. Desde logo, reforçando a verdadeira autonomia das escolas, a implementação de um modelo de gestão democrática, por oposição à nomeação de direções frequentemente reféns de poderes instituídos. Para uma educação de qualidade, o PAN considera fundamental reduzir os conteúdos e consequentemente rever as aprendizagens essenciais. As políticas educativas vigentes obrigam as escolas a fixarem-se nas aprendizagens formais, no acumular de conteúdos, contrariamente ao que é preconizado nos discursos. Consideramos que é essencial incluir os termos inclusiva e equitativa, pois não se pretende o "igual para todas/os" mas antes que a escola seja onde todos/as podem ter o seu lugar.

Numa abordagem de Escola integrada na comunidade e meio envolvente, o PAN defende também os modelos de educação através da relação e contacto com a natureza e com os animais. Este é um espaço com recursos pedagógicos infinitos. Com a intencionalidade pedagógica de profissionais capacitados para este modelo, as crianças e os jovens passam a poder aprender através da exploração e da descoberta na natureza, tornando-se mais resilientes, criativos, autónomos, atentos a si, aos outros e ao mundo. Existem vários estudos que apontam para os ganhos em saúde e para a aprendizagem resultantes de atividades escolares realizadas em espaços verdes,

nomeadamente, maior capacidade de concentração, consciência e responsabilidade individual e coletiva, empatia pelo que rodeia, sentido crítico, auto-confiança e auto-estima, todos fatores essenciais para o desenvolvimento pessoal, para a motivação e para o sucesso nas aprendizagens. Por conseguinte, é fundamental que os municípios reflitam nas políticas educativas os seguintes compromissos.

Compromissos municipais nas políticas educativas:

1. Promover oportunidades de educação formal, não formal e informal, de qualidade e inovação educativa para toda a comunidade escolar;
2. Articular com o Ministério da Educação a disponibilização complementar de recursos e apoios técnicos especializados, psicólogos, terapeutas, serviço social, animadores, tradutores de Língua Gestual Portuguesa, materiais e serviços necessários ao melhor funcionamento da comunidade educativa;
3. Integrar e apoiar projetos no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular das escolas, disponibilizando recursos humanos e outros meios para o enriquecimento das aprendizagens, integrando os estudantes em todas as fases dos projetos e na devolução das aprendizagens às comunidades envolventes (payback);
4. Contribuir para a operacionalização da Cidadania e Desenvolvimento nas escolas, promovendo a criação de redes colaborativas, facilitando o estabelecimento de parcerias com múltiplos agentes da comunidade, nos diferentes domínios da Educação para a Cidadania;
5. Integrar projetos de ligação entre as escolas, famílias e comunidade, valorizando a realidade sociocultural local e disponibilizando espaços municipais de natureza cultural, ambiental, artística, desportiva, acessível a todos/as;
6. Melhorar as condições necessárias para garantir a frequência das ofertas profissionais e do ensino superior;

São também compromissos do PAN:

- Pugnar junto do estado central pela revisão do modelo de administração e gestão democrática, com vista a uma maior participação e autonomia das escolas;
- Influenciar para que os agrupamentos escolares e escolas não agrupadas possam decidir sobre a constituição de turmas, organização dos horários, apoio a crianças que dele necessitam ou a organização de estruturas intermédias de gestão;
- Promover o debate sobre o modelo educativo atual;
- Reforçar a internalização das refeições escolares nos equipamentos educativos.
 - Criar equipas multidisciplinares móveis, que numa ótica de partilha de recursos humanos, sejam constituídas por profissionais do Ministério da Educação e do Município, com recurso a mobilidade inter e intra municipal, se necessário.
- Alargar a competência das direções das escolas/agrupamentos, através de contrato interadministrativo ou adequado protocolo de gestão com o município, ao lançamento de empreitadas de pequena e média dimensão destinadas à conservação e manutenção dos edifícios escolares com ajustes diretos até 30.000,00€ e consulta prévia até 150.000,00€, reservando-se a ação e intervenção municipal apenas para as grandes obras de construção ou reabilitação
- Inventariar com os órgãos de gestão das escolas as necessidades de equipamentos, de intervenção e de reparação dos edifícios e espaços escolares, garantindo respostas de equidade para todos;
- Garantir equipas técnicas especializadas em cada agrupamento que permitam a manutenção das escolas, evitando estados de degradação e outros gastos mais avultados;
- Implementar o projeto “Faz Parte da Solução”, envolvendo a comunidade educativa no processo de recuperação dos edifícios e dos espaços exteriores;

- Potenciar estas atividades através de uma lógica de formação aprendizagem, com intencionalidade educativa, desenvolvendo competências e saberes nas áreas intervencionadas;
- Assegurar que os projetos relativos a construções/reabilitações/conservação de escolas devem, obrigatoriamente, valorizar e priorizar materiais sustentáveis, resultantes da economia circular, assegurar as questões de segurança e de arejamento e ter em conta a que população se destinam. Assegurar, igualmente, que os equipamentos são dotados de espaços destinados a refeitórios escolares;
- Criar um programa de recolha de equipamentos informáticos inutilizados e avariados para, em parceria com o comércio local, recuperá-los e distribuí-los pelas pessoas que necessitem destes, promovendo a economia circular;
- Privilegiar projetos de arquitetura e design que maximizem a eficiência energética dos edifícios e equipamentos escolares, privilegiando mecanismos de reutilização de águas da chuva, painéis solares, reduzindo o desperdício energético e estimulando a descarbonização nas escolas;
- Assegurar que o aquecimento e climatização de edifícios escolares, no âmbito da construção e requalificação dos equipamentos educativos, são realizados através da utilização de energias renováveis e alternativas, com menores custos financeiros e ambientais;
- Identificar os equipamentos escolares que dispõem de espaços de confeção própria adequados para a oferta das refeições escolares, reativando o seu funcionamento na comunidade escolar;
- Investir no regresso das cozinhas e cantinas escolares integradas, capazes de oferecer uma alimentação nutricionalmente adequada, com alternativas inclusivas para todas e todos, integrando opções estritamente vegetarianas e outras necessidades alimentares;
- Proceder à identificação de todos os fatores de risco para a saúde pública, procedendo à sua rápida remoção ou resolução (amianto,

- materiais danificados, humidade);
- Implementar o projeto “Dá cor à tua escola”, através da dinamização de redes locais de artistas, entidades do ensino superior e escolas profissionais, “Fazendo do betão, a tela”;
 - Proceder à eliminação de todas as barreiras físicas existentes nas infraestruturas escolares e espaços adjacentes e às necessárias adaptações de todos os equipamentos educativos para a inclusão de pessoas com necessidades específicas;
 - Garantir que na construção e remodelação dos equipamentos escolares os projetos de arquitetura asseguram soluções de segurança, bem estar, saúde, oportunidades de exploração e vivência desportiva, bem como oportunidades de contacto com espaços verdes naturais;
 - Garantir policiamento de proximidade junto aos equipamentos escolares, desenvolvendo ações de informação e capacitação de estudantes para a deteção de situações de risco e recursos de atuação na comunidade;
 - Garantir a formação contínua das/os profissionais de educação na área dos primeiros socorros, incluindo os primeiros socorros emocionais;
 - Implementar programas de combate a todas as formas de violência em contexto escolar.

Sobre os profissionais da educação no Plano Educativo Territorial:

- Atribuir a gestão do pessoal não docente aos órgãos de gestão das escolas, nomeadamente a distribuição das funções e serviços, a avaliação de desempenho, o mapa de férias, poder disciplinar e formação;
- Garantir a integração dos órgãos de gestão das escolas nos processos de recrutamento e colocação do pessoal não docente inseridos nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico;
- Contratação em função de perfis e necessidades/autonomia;
- Integrar elementos do pessoal não docente com formação específica na área das ciências no apoio aos laboratórios;
- Garantir a formação destas/es profissionais em áreas relacionadas com o

seu exercício profissional, nomeadamente: bases de saúde mental, desenvolvimento de crianças e jovens, literacia em saúde, primeiros socorros;

- Criar protocolos com universidades e entidades formadoras para disponibilizar formação certificada aos agentes educativos;
- Incentivar medidas de integração destas/es profissionais nos projetos educativos e nas políticas educativas municipais.

A educação não pode acontecer desligada da natureza. Por isso, para o Plano Educativo Territorial propomos:

- Incentivar e apoiar as escolas no desenvolvimento de projetos pedagógicos realizados na natureza e espaços verdes;
- Fomentar a capacitação das/os profissionais de educação e encarregadas/os de educação nestes modelos educativos;
- Criar uma Rede Municipal de Eco-escolas;
- Promover um contacto regular das/os alunas/os de todas as escolas do município com animais, desde a educação pré-escolar, através de visitas e sessões de voluntariado em associações zoófilas locais e santuários;
- Integrar casas para pássaros, jardins e hortas nos espaços escolares, fomentando a relação das crianças com os ritmos da natureza e dos animais;
- Realizar estudos de impacto sobre a integração das crianças nestes modelos em indicadores de saúde, comportamento, cidadania e aprendizagem;
- Divulgar os resultados destes estudos e trabalhos desenvolvidos pela Rede Municipal de Eco-escolas à comunidade;
- Dotar todas as escolas com ecopontos e compostores.

Garantir a saúde mental nas comunidades educativas

- Desenvolver junto dos estabelecimentos escolares públicos ações de formação direcionadas às/aos docentes, dirigentes escolares, assistentes técnicas/os e assistentes operacionais, capacitando as/os profissionais de conhecimentos e competências que permitam a identificação de sinais ou sintomas que possam ser reflexo de uma necessidade de acompanhamento;
- Reforçar as equipas de psicólogas/os nos agrupamentos escolares, alargando o seu âmbito de atuação;
- Criar equipas comunitárias multidisciplinares no âmbito da saúde mental para a infância e adolescência, constituídas por profissionais de saúde mental, serviço social, educação, em articulação com o/a educador/a, professor/a titular ou diretor/a de turma;
- Criar vias verdes para o encaminhamento de situações de risco à saúde mental para os serviços de saúde;
- Apoiar e desenvolver projetos junto das comunidades escolares que promovam o desenvolvimento de uma rede de associativismo juvenil, como forma de combater o isolamento e prevenir cenários de exclusão;
- Implementar um programa municipal de combate ao estigma na doença mental, nomeadamente através de jornadas que incluam formação, debates, curtas-metragens, escrita criativa, música e desporto.

Educação inclusiva no plano territorial educativo

- Proceder ao levantamento municipal das necessidades de apoio a estudantes para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nomeadamente no que diz respeito a equipamentos, materiais didáticos em braille e materiais pedagógicos adaptados às especificidades de cada estudante;
- Criar uma bolsa municipal de Intérpretes em Língua Gestual Portuguesa (LGP), disponibilizada de forma gratuita às famílias que integrem progenitor/a surdo/a em idade escolar, devidamente articulada com uma

resposta nacional;

- Desenvolver projetos que visem a formação básica em LGP para docentes, não docentes e comunidade em geral;
- Integrar projetos de aprendizagem em LGP adaptada às crianças ouvintes;
- Dotar as escolas de equipamentos informáticos que permitam facilitar quer a aprendizagem, quer a comunicação, em contextos de ensino à distância;
- Implementar programas de integração na comunidade para crianças/jovens com limitações e/ou incapacidades, através de uma rede de apoio a estas/es alunas/os/famílias ao longo dos percursos educativos e formativos, fomentando o desenvolvimento das competências sociais necessárias à sua autonomia e integração profissional;
- Criar o programa “Educar IN” - plano municipal de apoio aos pais na capacitação para a gestão educativa das/os educandas/os com necessidades especiais, através de parcerias com faculdades de psicologia e educação, e com o acompanhamento de técnicas/os municipais;
- Criar o programa “Time Off” - programa municipal de apoio às/aos cuidadoras/es de crianças e jovens com limitações e/ou incapacidades, com o objetivo de proporcionar uma oportunidade de descanso das exigentes funções destas/es cuidadoras/es;
- Contratar, de forma atempada, as/os assistentes operacionais para estudantes com necessidades específicas, mediante transferências de verbas do Governo para o efeito;
- Reforçar a contratação de assistentes operacionais para além do estipulado no rácio, de acordo com as necessidades locais;
- Desenvolver parcerias com entidades artísticas para utilizar as áreas da Arte, Cultura, Desporto, entre outras, como meios privilegiados de inclusão.

A educação para os afetos no plano territorial educativo

A primeira lei que tentou regular a educação sexual nas escolas remonta a 1984, sem que até aos dias de hoje tenhamos grandes e bons exemplos da existência efetiva e estruturada de um Programa de Educação Afetiva e Sexual. As discussões que se têm feito em Portugal sobre os conteúdos da disciplina de cidadania realçam, acima de tudo, o pouco conhecimento e o preconceito existente por parte de quem defende acabar com esta disciplina. A educação para os afetos representa uma oportunidade e é uma decisão política de se promover uma sexualidade responsável e o respeito pelo direito à diferença e pelas outras pessoas, nomeadamente das suas características físicas, os seus valores e a sua orientação sexual. Para além disto, permite também trabalhar temas tão importantes como: o abuso sexual, a gravidez não desejada, infeções sexuais, direitos LGBTI+, entre outros.

A educação para o bem-estar e proteção animal no plano territorial educativo

Queremos um futuro onde o respeito pelo bem-estar animal seja uma regra incorporada por toda a sociedade. Para isso, é no dia-a-dia das comunidades educativas que têm de ser integradas medidas contínuas e coerentes de respeito pela vida e bem-estar dos animais, desde logo garantindo a sua transversalização nos diversos contextos e a sua priorização enquanto política pública de educação.

- Tornar público o retrato do município na proteção animal e as políticas educativas municipais que têm sido desenvolvidas até ao momento nesta área;
- Integrar, numa estratégia municipal 2022-2025 para a proteção animal, as políticas educativas, que visem:

- o Criar um programa educativo municipal integrando todas/os as/os que atuam no município pela proteção animal (associações, autoridades, cuidadoras/es, profissionais especializadas/os), com vista a desenvolver competências como a empatia, o respeito pelos animais, entre outras;
- o Dinamizar sessões de leitura que integrem livros que promovam o bem-estar animal e criar um programa de leitura com as famílias que inclua a disponibilização de livros (que podem ser digitais);
- o Visitar abrigos de animais abandonados ou santuários que albergam animais resgatados de maus-tratos, reservas naturais e parques naturais, garantindo que não há incentivos de oferta de bilhética para circos com animais, zoológicos, garraizadas, delfinários, aviários, presépios vivos, entre outros, pois não se pode normalizar a violência ou banalizar a captura de animais selvagens;
- o Incentivar à integração deste tema nas atividades extracurriculares e na disciplina de cidadania, avaliando a implementação dos programas, nomeadamente através de estudos de impacto;
- o Garantir a inclusão de regras no regulamento escolar sobre o respeito pelos animais e natureza existentes na escola (árvores, formigas, abelhas, aranhas, entre outros);
- o Promover formação em primeiros socorros para animais à comunidade educativa;
- o Promover um programa de formação em comportamento animal e interação humana na comunidade educativa;
- o Implementar um projeto para incentivar a integração dos animais nas escolas com responsabilidades partilhadas entre a direção, professoras/es, assistentes operacionais e estudantes.

Educação para a cultura e ativismo no plano territorial educativo

Para o PAN, a educação e a cultura têm de caminhar lado a lado. O ativismo

será a forma de melhor consolidar as relações entre as referidas áreas de intervenção e aprendizagem. Isto é especialmente estruturante se tiver como ponto de partida a comunidade escolar. Esta, enquanto espaço de saberes, torna-se, assim, palco por excelência de tal encontro.

Deste modo, privilegiando a ação como meio do conhecimento prático - pois assim entendemos o ativismo -, daremos lugar à geração de comunidades colaborativas, sem esquecer a destreza emocional, com particular enfoque na resiliência. Desta forma, contribuiremos fundamentalmente para a concretização de espaços abertos ao debate - que não é mais do que a argumentação pela prática -, incentivando firmemente a uma maior participação na construção de um entorno que a todas/os inclua, sem exceções. Será ainda desejável para a substanciação de tal desígnio que a educação através da cultura orientada para a defesa de causas seja acompanhada pela participação de movimentos de cidadania ativos locais e regionais.

As AEC no plano educativo territorial:

Reconhecemos as mais valias das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nomeadamente na democratização do acesso a diversas atividades de enriquecimento para todas as crianças. Contudo, há ainda um caminho a fazer. Importa, por isso, passar a considerar o papel das AEC no plano educativo das escolas, promovendo a sinergia e cooperação entre as/os diferentes profissionais, podendo realizar-se em horários letivos, se assim for mais conveniente para a comunidade escolar, na perspetiva da promoção de um tempo de qualidade. Tendo em consideração um estudo de avaliação externa dos impactos do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, realizado em 2013 a pedido do Ministério da Educação, verificou-se uma excessiva escolarização das atividades de enriquecimento curricular, com carácter segmentado, disciplinar e formal, pouco articuladas com o período curricular e com o projeto educativo dos agrupamentos de escolas. Neste mesmo estudo, alerta-se para o carácter substitutivo que algumas AEC têm tido relativamente à componente de expressões artísticas e físico-motoras, parte

integrante da matriz curricular do primeiro ciclo do ensino básico. Apesar de verificarmos alguma evolução positiva em relação a estes aspetos, em alguns agrupamentos de escolas continuamos a constatar a existência desta visão da escolarização das AEC.

Assim, propomo-nos a:

- Assegurar que a contratação de professoras/es e/ou técnicas/os de áreas diferenciadas é feita pelo próprio agrupamento, com a remuneração adequada à formação destas/es profissionais de acordo com a tabela remuneratória das suas categorias profissionais;
- Criar espaços/valências que tenham em consideração o lúdico e o aprender brincando, através de áreas que incluam o desporto, o teatro, a natureza, a cidadania, o voluntariado e outros, como já ocorre em alguns agrupamentos, que promovem o desenvolvimento da criatividade e das expressões;
- Desenvolver clubes nas escolas nos tempos letivos das/os professoras/es (ciência, fotografia, robótica, teatro, ambiente, entre outros) que sejam considerados na oferta das AEC;
- Implementar um programa desportivo em articulação com os equipamentos desportivos existentes no município, integrando todas as crianças e jovens dos agrupamentos escolares e escolas não agrupadas em práticas desportivas diversificadas;
- Diversificar o espaço utilizado durante as AEC, adequado ao contexto e inclusivo, não se limitando à sala de aula;
- Promover a articulação entre as escolas, a autarquia e instituições de carácter artístico e cultural (por exemplo, biblioteca municipal, centros de ciência, grupos de teatro/música/folclore locais);
- Implementar práticas de relaxamento, mindfulness, filosofia com crianças, educação para os afetos e aprendizagem através da natureza;
- Apoiar e desenvolver projetos junto de produtores locais e com a comunidade escolar, de forma a proporcionar sessões temáticas relacionadas com a produção dos alimentos e criação de hortas nas

escolas - “O que vem da terra, volta à terra”.

Atividades de apoio à família

Porque precisam as crianças de estar tanto tempo na escola? Na realidade, porque as mães e pais têm de trabalhar demasiadas horas e/ou porque não conseguem horários coincidentes. Defendemos que as famílias devem ter tempo de qualidade e que a sociedade deve garantir a conciliação da vida profissional com a vida familiar - o ideal é que a família tenha tempo para viver em família.

Contudo, reconhecemos que existe atualmente uma elevada exigência e regularidade de trabalhos de casa que não permitem que as crianças brinquem e descansem, além de que acrescentam momentos com menor qualidade com a própria família. Não sendo a escola a tempo inteiro obrigatória, não devemos sobrecarregar as/os alunas/os, devendo complementar-se o seu horário com o que realmente importa - salas de apoio ao estudo, tecnologias da informação e comunicação (TIC), clubes de leitura, teatro, ciências, ambiente -, numa perspetiva lúdica onde a aprendizagem se faz através da curiosidade natural das crianças.

Neste sentido, pugnamos por:

- Criar espaços nas escolas dotados de recursos lúdicos, jogos (tradicionais, de tabuleiro e pintados nos pisos exteriores) e, quando pertinente, instruções para construções e livros, possibilitando às crianças escolher de forma livre as suas atividades;
- Oferecer um plano de recursos lúdicos com o envolvimento de toda a comunidade escolar, onde seja incentivada a ida da família à escola, para partilhas de experiências e conhecimentos;
- Dotar esses espaços de recursos humanos e materiais para o estudo autónomo das crianças que necessitem desse apoio;
- Promover medidas políticas locais de apoio à família, através do estímulo

à implementação de respostas socioeducativas para crianças dos 0 aos 5 anos (ou mais, até à entrada no 1.º ciclo do ensino básico), tendo em conta critérios de proximidade dos locais de trabalho das/os encarregadas/os de educação, promovendo oportunidades de contacto ao longo da jornada de trabalho das mães e pais com menores até aos 5 anos de idade (ou mais, até à entrada no 1.º ciclo de ensino básico);

- Assegurar a implementação de projetos e materiais inclusivos que garantam a igualdade de direitos e de oportunidades a todas/os as/s alunas/os (material adaptado, como tesouras para esquerditos, lápis de cor com indicação da mesma em braille, livros em braille e audiolivros);
- Promover, da parte da autarquia e durante a época de férias escolares, o funcionamento de ateliês de tempos livres para crianças e jovens, associando programas de lazer e ações de solidariedade ligadas ao voluntariado em áreas de proteção da natureza, dos animais e de apoio a idosos;
- Assegurar, em articulação com o agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, a criação de uma rede integrada de respostas de apoio às famílias, através de respostas das Componentes de Apoio à Família (CAF), das Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar (AAAF), e de outras equivalentes do setor social e solidário, para coordenar as várias respostas sociais locais no apoio às crianças e respetivas famílias após o horário letivo escolar.

A educação da população adulta no plano territorial de educação

A aprendizagem ao longo da vida deverá ser um pilar importante no âmbito da educação. Portugal apresenta um baixo nível de qualificação profissional e escolar entre a população adulta, além de taxas elevadas de abandono escolar precoce, e tem de responder aos desafios da sociedade do conhecimento de forma urgente e prioritária. O nível global de qualificações da população adulta em literacia digital é mais baixo do que a média da UE28. Em 2017, metade da população portuguesa ainda não possuía competências digitais básicas e 27%

não tinha quaisquer competências digitais. No âmbito da descentralização de competências e de uma maior democratização no acesso à educação, considera-se fundamental a visão da cidade educadora, que fomenta a participação das/os cidadãs/ãos através de uma perspetiva crítica e corresponsável. O município deve estimular a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

- Apostar em ações de sensibilização junto das associações de pais para divulgação de caminhos de qualificação, para a promoção do aumento da qualificação escolar das mães e pais das/os alunas/os;
- Apostar na requalificação ou reorientação profissional de pessoas adultas, estimulando programas que incentivem a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente o balanço de competências, acompanhados por psicólogos, e investir na formação modular e de continuidade que permita a prossecução de estudos ou o reconhecimento de um grau de “especialista”;
- Criar projetos a nível municipal “+ Literacia”, com vista a erradicar o analfabetismo em Portugal (Plano Integrado de Erradicação do Analfabetismo);
- Promover cursos de dupla certificação em áreas profissionais necessárias ao mercado de trabalho, que não sendo preenchidas por grupos etários, como jovens do ensino profissional, exigem uma experiência e responsabilidade que as pessoas adultas demonstram;
- Criar cursos profissionais para a população adulta adequados às comunidades em que estas se inserem e que promovam o desenvolvimento sustentável dessas localidades (por exemplo, técnicas/os de conservação e gestão da natureza, técnicas/os nas áreas da qualidade e segurança ambiental, guias de ecomuseus, centros de interpretação e educação ambiental);
- Criar ambientes locais de aprendizagem e de promoção da literacia digital das pessoas adultas, procurando o exercício de um acesso democrático

- à informação (bibliotecas Municipais, centros cívicos);
- Promover o português para estrangeiras/os como veículo para a integração das comunidades;
 - Proporcionar o acesso à formação contínua, numa perspetiva de aquisição de competências e atualização de conhecimentos, que permita acompanhar a cultura democrática e ecológica que se pretende cultivar na comunidade.

JUVENTUDE e ensino superior

Os custos do alojamento universitário constituem a maior fatia do orçamento das/os estudantes e conseqüentemente o maior entrave financeiro no acesso ao ensino superior. Para além disto, aprofundam assimetrias socioeconómicas entre zonas rurais e urbanas, uma vez que o número de estudantes deslocadas/os que residem nas primeiras é superior. Assim, a falta de alojamento acessível aumenta significativamente os custos da educação das/os estudantes deslocadas/os, em comparação com as/os restantes, criando um sistema de para “o mesmo curso, dois preços”. Esta situação também se verifica nos cursos profissionais e artísticos do ensino secundário.

Neste sentido, o PAN propõe a criação de condições para o alojamento estudantil a preços acessíveis:

- Criar um programa de arrendamento acessível para estudantes ao nível municipal, que estabeleça limites aos valores de rendas, oferecendo alguns benefícios fiscais às/ proprietárias/os;
- Converter imóveis públicos devolutos em alojamento para estudantes, com rendas enquadradas no valor das residências universitárias;
- Estabelecer parcerias com projetos de Alojamento Local, garantindo a disponibilização de algumas frações para o alojamento estudantil, a preços acessíveis e oferecendo benefícios fiscais ou apoios ao investimento;
- Apoiar programas de hospedagem de estudantes do ensino superior em casas de pessoas maiores, mediante o pagamento de uma contribuição simbólica, garantindo alojamento acessível, partilha intergeracional de

experiências e combatendo o isolamento de pessoas idosas, com o adequado acompanhamento;

- Desenvolver plataformas municipais ou intermunicipais, em articulação com a plataforma nacional, que realizem o levantamento da oferta de alojamento estudantil, certificando as condições como dignas e as rendas acessíveis;
- Criar cooperativas de habitação para incentivar a partilha de espaços, de casa e de equipamentos (*coliving e cohousing*) numa aposta nos modelos cooperativos, colaborativos, comunitários e transformacionais;
- Direcionar as políticas municipais para a criação de residências para as/os nómadas digitais.

Além dos problemas identificados ao nível do acesso ao alojamento estudantil, há uma série de outras respostas ao nível da democratização do ensino superior que, numa lógica de articulação e complemento ao estado central e às instituições do ensino superior, entendemos que as políticas municipais devem dar, nomeadamente em:

- Garantir uma rede pública de transportes intermunicipal coordenada, integrada e eficiente para o acesso às instituições de ensino superior;
- Assegurar o transporte público gratuito para as/os estudantes do ensino superior, que concluem o curso em (n = número de anos do curso):
 - o n + 1 - se o curso for de duração igual ou inferior a 3 anos;
 - o n + 2 - se o curso for de duração superior a 3 anos;
- Implementar ou reforçar um programa municipal de atribuição de bolsas de estudo destinadas a estudantes a quem não tenham sido atribuídas bolsas da Direção-Geral de Ensino Superior (DGES);

OUTRAS POLITICAS JUVENTUDE

- Implementar as Semanas Municipais da Juventude, promovendo o debate sobre as políticas para a juventude, aumentando o contacto das/os alunos do ensino secundário com ex-alunas/os das mesmas escolas que

frequentam o ensino superior, de modo a aumentar a proximidade com o ensino superior e mostrar diferentes percursos que podem ser tomados (no âmbito de um projeto integrado de orientação escolar e profissional);

- Disponibilizar serviços de psicologia gratuitos aos jovens do município (gestão de stress, ansiedade, aconselhamento e orientação);
- Garantir o acesso gratuito de estudantes de ensino superior a museus, arquivos e espaços culturais, mediante apresentação do cartão de estudante universitária/o;
- Promover um programa de estágios de verão municipais, no público e privado, para estudantes do ensino superior;
- Disponibilizar apoio municipal através da atribuição de verbas para a aquisição de e-books e material de apoio a estudantes;
- Promover um programa de acesso à cultura para estudantes, que integre entidades parceiras desta área, bem como acesso a espetáculos com ingressos mais acessíveis ou mesmo gratuitos nos espaços de responsabilidade da Câmara;
- Identificar locais de risco que aumentem a insegurança no percurso universitário, em concertação com as instituições de ensino superior, com vista a assegurar condições de bem-estar e segurança na periferia dos contextos universitários.

Diminuir o impacto dos principais problemas de saúde

A promoção de atividade física regular está associada a benefícios significativos na saúde, reduzindo o risco de desenvolvimento de uma grande maioria das doenças não transmissíveis, contribuindo para a saúde mental e bem-estar geral.

A atividade física regular é um fator chave para a prevenção e o controlo das doenças não transmissíveis (DNTs), como as doenças cardiovasculares, a diabetes tipo 2 e alguns tipos de cancro. A atividade física também beneficia a saúde mental, incluindo a prevenção do declínio cognitivo e sintomas de

depressão e ansiedade, e pode contribuir para a manutenção do peso saudável e do bem-estar geral.

- Funcionar em rede com os clubes desportivos, reforçando respostas em falta como nutrição e saúde mental;
- Auxiliar as associações na obtenção do reconhecimento de utilidade pública e dos seus benefícios;
- Estreitar relações entre as associações/clubes e os potenciais patrocinadores, equilibrando a preponderância do financiamento público;
- Potenciar protocolos entre as escolas e as associações/clubes desportivos, permitindo uma ligação direta entre ambos em termos de cooperação, transportes, horários e partilha de informação pertinente;
 - Promover eventos desportivos entre freguesias e concelhos vizinhos, com especial foco no fair play e socialização intercomunitária.

A alimentação e os hábitos alimentares saudáveis são essenciais na prevenção eficaz da doença e na promoção da saúde. As políticas de saúde pública têm de assentar cada vez mais na prevenção, garantindo melhores resultados em saúde, menores custos individuais e familiares e maior sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde (SNS). Os alimentos têm um impacto direto na nossa saúde, pelo que devemos pugnar por uma mudança efetiva nos nossos comportamentos alimentares, mas também educar, capacitar e formar as/os cidadãs/ãos de modo a que estas/es disponham de ferramentas que permitam a adoção de uma dieta equilibrada e nutricionalmente completa.

- Criar projetos de apoio aos produtores locais, oferecendo o espaço em locais de passagem/transportes para fazerem a venda dos seus produtos, com a condicionante dos produtos serem locais e integrarem conceitos de hábitos alimentares saudáveis;
- Disponibilizar a alimentação vegetariana nos estabelecimentos públicos, exatamente nos mesmo moldes das dietas de carne e peixe e não num regime excecional, promovendo-a e permitindo o contacto por parte de

todas/os com esta dieta;

- Garantir que as empresas públicas e/ou apoiadas pelo estado têm sempre opções vegetarianas disponíveis nos refeitórios, bares, e máquinas de venda automática;
 - Promover a eliminação progressiva de alimentos ricos em açúcares adicionados, gordura trans-saturada e saturada nos refeitórios, bares e máquinas de venda automática em equipamentos escolares municipais;
 - Garantir maior diversidade de oferta alimentar saudável e criar oportunidades para a experimentação desse tipo de produtos, acompanhadas de informação sobre as suas qualidades e impactos positivos na saúde.
-
- Promover um plano municipal de formação de profissionais de cozinha para a confeção de pratos saudáveis e para a cozinha vegetariana;
 - Criar portais municipais (roteiros) que divulguem os restaurantes que cumpram critérios de alimentação saudável;
 - Promover ações de informação na comunidade sobre a relação dos padrões e hábitos de consumo alimentar com o risco de doença e perda de qualidade de vida;
 - Promover ações de informação sobre a alimentação vegetariana, esclarecendo mitos e dúvidas através de especialistas em saúde e do manual da Direção-Geral da Saúde (DGS) “Linhas de Orientação para uma Alimentação vegetariana Saudável”;
 - Implementar o projeto Segunda-feira Sem Carne nas cantinas municipais e escolas;
 - Implementar um semáforo de saúde nutricional municipal, ou seja, um mecanismo de monitorização voluntário da população que avalie determinados índices de saúde e nutrição. As cores do semáforo vão dando nota à comunidade dos níveis de saúde e bem-estar coletivos.

A saúde física e a saúde mental estão intimamente interligadas, havendo repercussões diretas e em larga escala bidirecionais entre ambas. Para além do correto acompanhamento pelas/os profissionais especializadas/os, é tão ou mais importante controlar os fatores que podem tornar instável o equilíbrio entre as dimensões física e mental.

- Criar condições para a prática do exercício físico gratuito, em segurança e informado em todas as freguesias;
- Adaptar o território à prática de exercício físico inserido nas atividades quotidianas;
- Criar um serviço municipal de informação e orientação sobre as práticas físicas adequadas a cada pessoa, apoiando na construção de um plano individual de exercício físico;
- Implementar, em colaboração com as entidades de saúde locais, um roteiro de informação e sensibilização para a prevenção em saúde em todos os setores da comunidade, onde se inclua a prática de exercício físico nas organizações e sua relação com o bem-estar e a produtividade;
- Facilitar o desenvolvimento de práticas formais e informais de atividade física nos serviços municipais.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), *“O ruído é uma das principais causas da degradação da qualidade do ambiente urbano”, sendo ainda referido que “Os níveis sonoros relacionados com o Ruído Ambiente raramente afetam o sistema auditivo. Os efeitos mais frequentes traduzem-se em perturbações psicológicas ou fisiológicas associadas a reações de 'stress' e cansaço. O ruído interfere com as comunicações e provoca perturbações no sono, na capacidade de concentração e hipertensão arterial. O ruído é um problema de saúde pública. O controlo do ruído requer o empenho de todos.”*¹

¹ <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=86&sub2ref=529>

- Reforçar a fiscalização dos níveis, atividades e horários de ruído permitidos;
- Reforçar a fiscalização do ruído de veículos;
- Permitir apenas o fogo-de-artifício silencioso;

O ruído do fogo-de-artifício provoca poluição sonora e leva, por diversas vezes, a que animais de companhia fujam assustados, causando o sofrimento dos animais, de quem cuida deles e provocando incidentes, como atropelamento de animais e possíveis acidentes de viação associados a estes eventos.

A poluição do ar é uma das principais e piores formas de poluição, com impacto direto na saúde dos seres vivos.

- Encetar todos os esforços para rever os conceitos de mobilidade através do modelo da “Cidade dos 15 minutos”;
- Instalar postos de monitorização da qualidade do ar nos locais com maior prevalência de doenças do trato respiratório. Enquanto não se obtiverem esses dados, instalar estes pontos nos locais mais expostos a poluição (próximos de grande concentração industrial ou locais com grande tráfego automóvel) e em locais com grande densidade populacional;
- Aferir zonas dos municípios com maior prevalência de doenças do trato respiratório, investigar causas, analisar dados de monitorização da qualidade do ar e elaborar planos de ação adequados para resolver ameaças para a saúde pública, em parceria com a DGS e unidades de cuidados primários;

O stress é a resposta do nosso corpo a pressões provocadas por uma situação ou evento de vida. Tem um propósito para situações específicas, mas é extremamente prejudicial quando atinge rotineiramente níveis elevados. Estas situações levam a alterações emocionais, instabilidade e depressão.

- Criar equipas de profissionais de intervenção em crise psicossocial focadas na avaliação de risco de perturbação psicoemocional, que prestem apoio a profissionais com maior exposição a incidentes críticos e risco de desgaste físico e psicológico, prevenindo potenciais situações de perturbação e burnout;
- Garantir respostas de saúde mental para públicos com necessidades específicas - como pessoas com problemas de adição, através da implementação das salas de consumo assistido/vigiado, e pessoas em condição socialmente mais desfavorável com pouca adesão aos serviços de saúde - em articulação com as entidades da saúde e estado central.

A Saúde Pública, como área do conhecimento, monitorização e intervenção junto das populações, deve ser revitalizada e progressivamente capacitada para que possam ser atingidos melhores resultados de saúde. O investimento em serviços que desempenhem funções na área da Saúde Pública, dotando-os de recursos que aumentem a sua capacidade e alcance para melhor conhecer, decidir e intervir junto da população, é fundamental. A criação de parcerias institucionais entre os diversos serviços e departamentos que trabalham em prol da saúde pública permitirá criar sinergias, otimizar recursos e congregar esforços sobre os principais problemas e prioridades de saúde, presentes e futuros. Além disso, a partilha de conhecimento e experiência entre organizações e profissionais concorre para a prossecução das melhores soluções possíveis, muitas vezes perante problemas complexos e multidisciplinares que não são possíveis de colmatar utilizando estratégias individuais, setoriais ou desconcertadas. A proteção social, a promoção da saúde e a prevenção da doença são prioridades de saúde com grande impacto populacional. No entanto, tal como a sociedade se moderniza e se transforma, também as ações que são empreendidas no âmbito da Saúde Pública devem

sofrer o seu processo de atualização e adaptação, e a sua postura perante os problemas deverá ser cada vez mais preditiva e menos reativa.

Assegurar serviços de saúde à população, quer enquanto manutenção de estruturas, quer enquanto gestão de carreiras profissionais, quer como elaboração de políticas de saúde, constituir-se-á, fruto das novas competências autárquicas, numa nova e extensa área de governação local. Este é, por isso, um eixo onde demonstramos a nossa visão sobre a saúde, numa lógica de promoção da saúde e prevenção da doença.

Atividades de Promoção da Saúde

As atividades de promoção da saúde, os seus benefícios e os seus imprescindíveis contributos aplicam-se a praticamente todas as áreas da saúde.

- Criar um gabinete municipal de promoção da saúde, responsável por criar e potenciar ações de promoção da saúde, que devem ser orientadas para a prevenção e aumento de esperança de vida com qualidade, quer sejam da responsabilidade autárquica, quer sejam em parceria e apoiando outras entidades;
- Promover uma ligação estreita com as unidades de saúde do município, incluindo as terapias não convencionais, dando apoio nas ações de saúde por elas promovidas, e recorrendo ao seu conhecimento especializado para as ações realizadas pelo município, mantendo o foco nas políticas de prevenção.

Cuidados de Saúde Preventivos

A estrutura de promoção da saúde deve ser encarada como um investimento a todos os níveis para o país, dirigida à sua população. A grande missão será evitar atuar de uma forma reativa, e tentar sempre uma atitude preventiva em relação a todas as dimensões da saúde. É exemplo disso a necessidade de implementação de uma estratégia de prevenção da mutilação genital feminina, através da sensibilização das/os profissionais de saúde para a deteção precoce

de potenciais situações, e sensibilização da população por forma a evitar este tipo de agressões, embora não deixe de ser igualmente importante sensibilizar as/os profissionais de saúde para a deteção de situações em que a agressão tenha já decorrido.

Unidades de Saúde Pública

Como refere a Organização Mundial da Saúde², “a saúde pública é definida como “a arte e a ciência de prevenir doenças, prolongar a vida e promover a saúde por meio dos esforços organizados da sociedade”. O objetivo geral é promover maior saúde e bem-estar de forma sustentável, ao mesmo tempo que fortalece os serviços de saúde pública integrados e reduz as desigualdades. Para alcançar esta visão, a saúde pública deve cooperar com vários parceiros para amplificar a sua ação nas diversas dimensões da saúde, e com profissionais de saúde. Os profissionais dos cuidados primários podem desempenhar um papel fundamental na prevenção de doenças e promoção da saúde, conforme descrito na Declaração de Alma-Ata.”

- Promover a expansão das Unidades de Saúde Pública, em número de profissionais, recursos e instalações, enquanto peças fundamentais e centrais no desenvolvimento de políticas de saúde;
- Garantir, em colaboração com o Estado Central, que as unidades de Saúde Pública têm à sua disposição todas as condições e recursos necessários para a prevenção, deteção e controle da doença.

Cuidadores/as Informais

Um/a cuidador/a informal é um cidadão ou cidadã que presta assistência, de forma permanente ou não, a um membro da família que se encontre numa

² <https://www.euro.who.int/en/health-topics/Health-systems/public-health-services/public-health-services>

situação de dependência de cuidados básicos por motivos de incapacidade ou de deficiência. Os cuidadores informais garantem qualidade de vida a quem é cuidado e evitam muitas vezes a sua institucionalização e os prejuízos inerentes para o/a cuidador/a, para quem é cuidado e para a sociedade.

- Garantir a existência de canal municipal de comunicação e atendimento claro e direto para os/as cuidadores/as informais onde possam ser esclarecidos sobre os seus direitos e apoiados/as a exercê-los;
- Articular com as unidades de saúde a garantia de acompanhamento adequado dos/as cuidadores/as e de quem é cuidado;
- Garantir que sejam concedidos os apoios e toda a logística necessária à ação do/a cuidador/a.

Comportamentos Aditivos

- Articular com o Ministério da Saúde no sentido de garantir a existência/continuidade e reforço dos Programas de Substituição em Baixo Limiar de Exigência (redução do consumo de heroína por via da sua substituição por metadona, a ser dispensada através de programas de grande acessibilidade);
- Abrir as Salas de Consumo Assistido;
- Financiar material acético para consumo de substâncias psicoativas, não financiadas pelo governo central, para evitar doenças infectocontagiosas e para as equipas conseguirem chegar a um maior número de pessoas com comportamentos aditivos e dependências;
- Defender junto do governo central programas de buprenorfina gratuitos, de forma a dar mais autonomia e uma melhor qualidade de vida às pessoas com dependência de opiáceos;
- Criar parcerias entre o município, as entidades gestoras das salas de consumo assistido, as equipas de rua e outras estruturas de redução de riscos e ainda com serviços de saúde ou sociais que respondam às necessidades dos utilizadores, nomeadamente serviços que tenham programas de tratamento;

- Implementar estes equipamentos para além dos aspetos da saúde, tendo uma abordagem de inclusão, promovendo o acesso a meios de comunicação (Internet e TV), atividades de lazer (leitura, convívio), ações de sensibilização e informação sobre temáticas escolhidas pelos/as beneficiários/as do programa e outras atividades que se revelem pertinentes na intervenção com o público alvo;
- Criar respostas de redução de riscos para as pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo e que têm consumos de álcool, como Programas de Gestão do Álcool;
- Criar programas de emprego que permitam o financiamento de estágios em contexto laboral e financiamento de programas de trabalho de pares.

Cultura e Valorização Artística

Para que cada pessoa tenha autonomia emocional e crítica relativamente àquilo que assiste e observa, devemos promover o aumento da compreensão crítica, da capacidade de se emocionar e de sentir, através das artes e da cultura, garantindo ainda uma maior interligação entre quem produz e quem observa, completando deste modo o exercício criativo, independentemente do tempo, pois a arte, a cultura e, até, o património, não são isentos de conexão com os seus públicos, pelo que deverão integrar quem observa. Acresce que a cultura e as artes necessitam da provocação do olhar (atento e autónomo) de quem observa, dando lugar a uma pedagogia de espetadores e amantes da arte, com o objetivo maior de a todos e todas inserir na inquietação do processo criativo, promovendo assim uma programação cultural variada e heterogénea, dirigida a vários segmentos de público.

Assim, o PAN propõe:

Educação cultural e formação de públicos

- Incentivar o gosto pela apreciação estética e a reflexão crítica perante as mais diversas manifestações da cultura e das artes, na ótica da pedagogia do/a espectador/a ^[9];
- Dinamizar ofertas criativas com vista à captação de públicos;
- Dignificar todos os/as agentes das artes e da cultura, sem esquecer os/as seus/suas intermediários/as, fomentando uma maior aproximação de todos e de todas a estas linguagens, a um nível local, intermunicipal ou, mesmo, regional.

Criação de círculos de debate

- Envolver a escola pública, privada, cooperativa e outras através de parcerias institucionais no processo de formação e ativação de públicos e espetadores;
- Agilizar espaços de expressão cultural e artística de raiz regional criando, deste modo, condições para a autonomia crítica e emocional das populações locais e, conseqüentemente, maior interesse pela descoberta destas áreas de intervenção;
- Criar estímulo de coletividades de públicos permitindo ainda, o incremento de um novo espírito para colecionismo artístico;^[10]
- Implementar serviços de mediação entre criadores e públicos. A criação de públicos é aqui entendida muito para além dos serviços educativos dos museus ou teatros, também esses igualmente necessários.

Acompanhamento e dinâmica de produção cultural e artística

- Fixar agentes culturais locais com vista a existir uma maior proximidade e compreensão perante os públicos e os/as criadores/as: residências artísticas intermitentes, mas também companhias e artistas residentes. Ainda, incentivar, promover e desenvolver a produção cultural e artística, os/as seus/suas agentes, associações, coletivos, instalações, envolvendo as populações locais em todo este processo;

- Criar um quadro de especialistas/mediadores nestas áreas, salientando-se a figura do antropólogo como o garante da memória do edifício mental de uma dada comunidade, procurando que o seu trabalho seja compreendido desde muito cedo, em especial pelos mais jovens;
- Criar uma bolsa de parcerias individuais e institucionais de forma a promover a ligação da comunidade a um programa de desenvolvimento de competências na área cultural e artística.

Promoção de uma rede intermunicipal de valorização da fileira artística e cultural

Devemos aproveitar o reforço da responsabilidade dos municípios, através da transferência de competências que lhes permite atender em especial às necessidades do ensino artístico (profissional), pelo que iremos investir nesta área, através do devido enquadramento regimental e orçamental, com políticas municipais desafiantes e ambiciosas, promovendo processos artísticos que possibilitem abordagens transdisciplinares e valorizem o “fazer”, ou seja, impactando positivamente o desenvolvimento social e académico. ^[14]

Propomos, então:

- Estabelecer programas de parceria até à criação de escolas municipais das artes e cultura, regionais, ou intermunicipais em modelo vocacional, combinado sempre que possível com o ensino superior e restantes parceiros setoriais, com vista à empregabilidade e sempre no claro interesse da proposta de criação de uma rede intermunicipal de valorização cultural/artística de ensino/aprendizagem vocacionada para estas áreas;
- Incentivar a produção artística e cultural e a defesa do património, ao nível local e intermunicipal, resistindo ao atual conformismo e normalização civilizacional;^[13]

- Criar programas em parceria com o sector da saúde pública, privada e cooperativa, nos quais a cultura e as artes sejam facilitadores de abordagens positivas no que à saúde mental diz respeito;^[15]
- Criar uma carta de compromisso com a cultura, as artes e as paisagens, ao nível local, intermunicipal ou regional, de modo a mudar comportamentos e mentalidades dentro do aparelho público e político. Requerer a assinatura, ainda que facultativa, a titulares de cargos médios e superiores públicos e políticos, onde os signatários assumem compreender, de forma inequívoca, que a cultura, as artes e as paisagens representam, mais do que um potencial, a identidade de uma população.^[16] Salienta-se, neste âmbito, que a assunção desta carta incentivará a um maior respeito e isenção por parte dos políticos/executivos perante a cultura, a arte e as paisagens;
- Instituir um pacote de benefícios para os agentes artísticos e culturais locais, permitindo a estabilidade das políticas de intervenção e dos recursos financeiros, procurando potenciar efeitos de escala supramunicipais.

Dignificação das atividades criativas locais/regionais e dos/das seus/suas agentes

- Promover uma análise situacional, permitindo a construção de uma matriz local das desigualdades na cultura e nas artes, com o recurso a parcerias com o ensino superior e outras entidades sectoriais, visando o mapeamento e diagnóstico local/regional, que permita posteriormente a criação de redes de colaboração intermunicipais³;
- Coordenar políticas e planeamento, aferindo a diversidade e a territorialização cultural e artística, promovendo uma maior relação ao nível da interajuda, formação e aprendizagens;

- Criar um fundo autárquico e ou regional para a compra de obras de criativos, incluindo estrangeiros/as a viver no concelho, ou no distrito, há mais de dois anos;
- Criar o “Certificado de Honra do Criativo Local”, atestando as suas competências curriculares ao nível das artes e da cultura local/regional.

Rede intermunicipal na defesa da memória das migrações e interculturalidade

O PAN salienta a necessidade de integrar os que saem e os que entram - emigrantes e imigrantes - e por isso propomo-nos valorizar a representação da cultura de uma região através das suas migrações, fazendo, deste modo, jus à cultura como elemento de integração das nossas comunidades no exterior, assim como daquelas que por cá se vierem a instalar. Encaramos a cultura como um fator de integração e, ainda como razão de atração populacional.^[19]

Iremos, então, implementar, no âmbito anteriormente referido, uma rede multidisciplinar dedicada à Memória dos Movimentos Migratórios, com espaços físicos e digitais/online.

Plano estratégico para o pelouro da cultura

Iremos desenvolver um Plano Estratégico para o pelouro da Cultura, de longo prazo, alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda 2030 pela ONU (2015), adotados por 193 países, utilizando os indicadores temáticos para o desenvolvimento sustentável aí definidos. Desta forma, a cultura local irá constituir-se como um contributo para alcançarmos os ODS, convergindo para as causas que o PAN tem vindo a defender e para os pilares da referida Agenda 2030, salientando-se o foco no planeta, nas pessoas, na paz e na prosperidade.

A implementação de uma cultura de práticas verdes na intervenção artística e cultural

Uma cidade e uma região comprometidas com o futuro (ecologia) terão de pugnar pela defesa e implementação local de práticas sempre mais verdes.

Deste mesmo modo, também os agentes culturais e artísticos terão de deixar uma pegada ecológica mais consciente, diminuindo, nesse propósito, o impacto ambiental no seu exercício.

Iremos promover que, partindo do entorno local, o agente cultural e artístico se torne também ele promotor da mudança e a matriz da transição necessária, com vista à observação das causas PAN.

Economia e Investimento Municipal

Se mesmo antes da crise sanitária o PAN já defendia a necessidade de se criarem condições para que cada cidadão e cidadã desenvolvesse os seus projetos pessoais, agora, mais do que nunca, acreditamos que é o momento de se impulsionar a criatividade e de se incentivar a livre iniciativa de cada um, não apenas numa ótica de possibilitar a realização pessoal mas também de autonomização e defesa do emprego.

- Apoiar os Grupos de Ação Local enquanto atores locais com responsabilidade na definição das estratégias locais e consequente implementação e acompanhamento, contando que adotem metodologias de participação envolvente. O objetivo é levar para o nível local a capacidade de definir quais as prioridades de intervenção e os investimentos a realizar de forma simplificada e envolvendo as comunidades, algo que será acompanhado do reforço do orçamento para o investimento em programas de desenvolvimento local;
- Criar, em parceria com as instituições do ensino superior e de maneira a transformar o município num Município do Bem Comum, programas de incentivo ao empreendedorismo social, que estimulem a implementação de modelos de negócios capazes de pensar o território e definam prioridades que contribuam para o desenvolvimento socioambiental e sociocultural das comunidades locais;

E porque o modelo extrativista-produtivista do «extrair-fabricar-descartar» é simplesmente incomportável considerando o caráter finito de muitos recursos naturais, incentivamos as ideias e negócios que adotem medidas que prolonguem a vida dos produtos e materiais atento o desígnio que se impõe da promoção de uma economia circular.

- Criar o Espaço Reutilizar +, um armazém municipal que funcionará como plataforma de consciencialização para a reutilização e que receberá produtos usados que ainda tenham utilidade, fazendo a sua gestão para que possam ser levantados por quem deles necessite;
- Criar, em articulação com as escolas profissionais do concelho e com as empresas ligadas ao tratamento de resíduos elétricos e eletrónicos, um centro de reparação de produtos que possibilite a renovação de produtos que serão, posteriormente, cedidos gratuitamente às associações e instituições de solidariedade locais;
- Disponibilizar espaços municipais com rendas acessíveis ou mesmo gratuitas, por períodos de três a cinco anos, a cidadãos/ãs e empresas que tenham projetos relacionados com a implementação de uma economia circular.

*

Ação Social e Direitos Humanos

Estamos longe de alcançar os objetivos traçados pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que devia ter sido o nosso guião. A nove anos do seu fim não fomos capazes de construir um mundo mais inclusivo nem sustentável. E também não conseguimos inverter as alterações climáticas, nem respeitar a biodiversidade e todas as espécies que habitam connosco no planeta. As autarquias locais (município e freguesias) têm um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos humanos, com uma

responsabilidade acrescida pela descentralização em curso. Por isso, propomos que seja criado o Observatório dos Direitos Humanos e ainda um instrumento para monitorização do progresso (ou não) dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Por outro lado, acreditamos que os direitos humanos incluem uma cidadania ativa que terá de ser incentivada e mobilizada, cabendo também à autarquia criar instrumentos facilitadores através, por exemplo, de plataformas digitais, de sessões públicas, sessões de participação e inquéritos, de forma a identificar os problemas e as aspirações da população, podendo assim concretizar-se como uma governação democrática, representativa e inclusiva.

- Promover um Observatório Municipal dos Direitos Humanos que possa contribuir para o respeito e efetivação dos direitos humanos no município, antecedido de um estudo prévio das atribuições e entidades que possam vir a integrá-lo;
- Criar uma “*Help House* Municipal” que se materializa num gabinete de apoio que direciona as cidadãs e cidadãos para os locais certos que permitirão a resolução das suas questões e problemas. Esta entidade, com recurso ao voluntariado, destina-se a apoiar aqueles/as que são frequentemente vítimas de procuradoria ilícita, traficantes, burlas ou que não estão familiarizados com a língua e costumes portugueses.

A acessibilidade é um direito humano e ao mesmo tempo um instrumento para o usufruto integral dos direitos humanos por cada pessoa. Estando instituída na Constituição da República Portuguesa, a acessibilidade impede ou facilita uma vida plena e independente, pelo que é fundamental sensibilizar para o conceito de acessibilidade que confere a todas as pessoas a oportunidade de uso e de participação independentemente das necessidades face ao ciclo de vida em que se encontram.

- Criar um programa de apoio financeiro e técnico para que as pessoas possam adequar as suas casas e os edifícios onde habitam, tendo em vista o máximo de autonomia e independência;
- Criar um programa de adaptação de conteúdos nos equipamentos culturais do município às necessidades de vários públicos, nomeadamente pessoas cegas e pessoas surdas;
- Disponibilizar em todos os serviços do município respostas ILGP que permitam colocar surdos e ouvintes em comunicação, assegurando que todos os serviços são acessíveis até ao final do próximo ano.

Em vez de continuarmos a gerir as situações limite, temos de prevenir e erradicar.

A pobreza requer uma visão multidimensional e, por isso, respostas coordenadas a nível nacional, regional e local, devendo ser exigida uma participação ativa das Câmaras e Juntas de Freguesia.

- Construir uma Estratégia Integrada de Combate à Pobreza, envolvendo todas as vereações desde o início do processo, que inclua a definição de metas mensuráveis e a calendarização de relatórios e avaliações, para a qual devem ser disponibilizados recursos técnicos e financeiros para a sua implementação e monitorização;

A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990, representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderiram que se comprometeram, assim, a promover e proteger de forma eficaz os direitos e liberdades nela consagrados. Propomos:

-
- Criar um Fórum Jovem e um Fórum Criança, com o objetivo de dotar as crianças e jovens das ferramentas necessárias para exercer uma

cidadania ativa, para aprender a fazerem-se ouvir e a ouvir os seus pares, defendendo aquilo em que acreditam;

- Desenvolver um programa municipal de prevenção de bullying, como “A violência não é fixe”, através de tutorias com estudantes mais velhos/as, promovendo um papel ativo de toda a comunidade escolar pela não violência;

Em pleno séc. XXI as mulheres continuam a ser discriminadas com base no género e esta desigualdade, que está enraizada no nosso quotidiano, espelha-se nas mais diversas dimensões da nossa sociedade, desde o mundo laboral à esfera familiar e social.

- Dinamizar/Criar o Conselho Municipal para a Igualdade para acompanhamento do desenvolvimento e da implementação dos planos integrantes da Estratégia Municipal para a Igualdade e de outros temas relacionados;
- Criar, por parte da autarquia, um programa específico para o apoio a crianças e jovens que residam em ambiente familiar em coocorrência de violência doméstica e crimes contra animais de companhia, de modo a proporcionar-lhes uma interação positiva com animais (e.g. terapias assistidas por animais, voluntariado supervisionado em associações de proteção animal, observação in situ de treino comportamental canino), fomentando uma aprendizagem baseada na negação da violência, dado que a relação positiva com o animal poderá ajudar a sanar os traumas causados pela exposição à violência e prevenir a instalação de quadros psicopatológicos graves (e.g. perturbação de personalidade anti-social), das quais a crueldade contra animais pode ser parte integrante;

Os direitos humanos não têm validade e no PAN entendemos que é essencial mudar este paradigma para que as pessoas possam efetivar os seus direitos e viver uma vida saudável, completa e feliz, independentemente da sua idade.

Paralelamente, é necessário preparar as pessoas para a saída da vida ativa, para o seu próprio envelhecimento e de quem lhes é próximo/a. É igualmente crucial promover o envelhecimento ativo, processo que começa com a prevenção da doença ao longo da vida, com hábitos e comportamentos saudáveis. Assim, entendemos que o município pode e deve ter um papel importante na qualidade de vida das pessoas idosas, em articulação com entidades públicas e privadas, promovendo políticas que lhes permitam viver de forma autónoma o máximo de tempo possível, e ainda o patrocínio e suporte a organizações não governamentais que trabalhem com esta faixa etária, a centros de dia, centros de convívio, de férias e lazer e, através da criação de apoios para cuidadores/as formais e informais, acautelando que as estruturas residenciais garantem o cuidado adequado.

- Financiar iniciativas intergeracionais e apoio na divulgação dos projetos (por exemplo, A Avó Veio Trabalhar);
- Criar equipas multidisciplinares que acompanhem as pessoas mais velhas, nomeadamente em situação de pobreza, exclusão e isolamento, de forma a acionar de forma integrada e paralela os mecanismos pré-existentes a nível local e nacional, como prestações sociais, apoios na doença e na deficiência, entrada para estruturas residenciais adequadas, documentação, garantia de acesso aos serviços de saúde, apoio psicológico, ligação a serviços de voluntariado, entre outros;
- Capacitar os/as profissionais de distintas áreas (saúde e polícia) para a prevenção e deteção precoce de situações de maus-tratos a pessoas idosas;
- Sinalizar e monitorizar, de forma contínua, as pessoas idosas que vivem isoladas, com especial enfoque para a identificação de fatores de risco que podem levar ao suicídio.

A felicidade e o bem-estar são uma aspiração comum a todos e a todas e, como tal, as políticas públicas devem refletir esta procura e necessidade universal. É, por isso, fundamental conhecer e contemplar os impactos das políticas no bem-estar e na felicidade dos/das portugueses/as, porque só assim poderemos alcançar uma sociedade verdadeiramente feliz que viva em harmonia e em comunidade.

-
- Construir uma ferramenta para medição do bem-estar e felicidade da população com base em processos participativos que permitam aferir, em cada ano, o que é mais importante para o concelho e para as distintas freguesias e ou bairros - Índice ou Índices de Felicidade;
- Elaborar um Plano da Felicidade e Bem-Estar no município;

A solidão tem um forte impacto na nossa saúde, física e mental, e na nossa vida, pelo que o PAN entende que esta problemática, que não pertence a uma faixa etária específica, tem de ser abordada com seriedade pela comunidade e considerada nas políticas públicas. Não é aceitável que tantas pessoas sofram de solidão em silêncio.

- Criar um grupo de trabalho que faça o estudo e mapeamento da solidão nos diversos grupos etários, atentos desde logo aos motivos que estão subjacentes a este sentimento, para posterior elaboração de um conjunto de medidas de combate à solidão, que assumirá a forma de plano ou de estratégia, conforme melhor se adequar mediante os resultados obtidos;
- Criar uma campanha de sensibilização para a temática da solidão, que inclua uma linha de apoio para a qual as pessoas possam ligar caso sinalizem algum caso de solidão na sua comunidade;
- Promover o desenvolvimento de equipamentos e ferramentas de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas das diferentes comunidades, fomentando as relações interpessoais e intergeracionais.

O PAN luta por uma maior democratização e facilitação no acesso à justiça a todas as cidadãs e cidadãos através da sua desmaterialização e na capacitação dos/das seus/suas profissionais. A justiça carece de respostas céleres e claras.

- Desenvolver uma ampla campanha de divulgação da existência e competências dos julgados de paz através dos meios de comunicação da autarquia e elaboração/distribuição de folhetos informativos;
- Inscrever no orçamento municipal uma verba de valor adequado que permita custear as despesas do equipamento administrativo necessárias à boa atuação do Julgado de Paz;
- Proceder ao apoio e reforço das equipas da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens,
- Celebrar protocolos entre o município e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais nas áreas de habitação, educação, formação profissional, saúde, emprego, reinserção familiar e social, acompanhamento dentro do contexto do estabelecimento prisional e em contexto comunitário.

Quando falamos dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI) falamos de direitos humanos basilares e inquestionáveis para todas as pessoas. No entanto, as pessoas LGBTI experienciam diversas dificuldades no seu quotidiano fruto de discriminação, nomeadamente em contexto escolar, no desporto, nos locais de emprego, no acesso aos serviços de saúde, entre outros.

Para o PAN urge desmistificar os tabus referentes às questões de género e das sexualidades denominadas não normativas e esclarecer sobre a inconsistência dos preconceitos, os quais não podem continuar a ser tolerados e aceites. Os municípios têm de ser locais de diversidade, tal como se têm vindo a construir ao longo da História.

- Promover, através do município, em parceria com a academia e as organizações não governamentais existentes no território, um inquérito

- sobre pessoas lésbicas, gay, bissexuais, trans, intersexo e ainda pessoas não binárias e de género não conforme, que vise o conhecimento da população sobre esta temática, bem como a sua sensibilidade para questões como discriminação, violência, entre outras;
- Integrar variáveis relacionadas com as especificidades das pessoas LGBTI em inquéritos e relatórios relacionados com violência de género, de modo a que os dados sejam recolhidos de forma mais inclusiva e detalhada, com o objetivo de reforço das respostas do município ou por ele apoiadas especializadas no combate à violência nesta área;
 - Adaptar as respostas existentes no território em função dos resultados do estudo, indo ao encontro das necessidades reais;
 - Elaborar, através do município, o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais, dando corpo à territorialização prevista na [Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 \(ENIND\)](#) «Portugal + Igual», publicada em Diário da República (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio);
 - Instar o município a aderir à Rede de Cidades Arco-Íris, assumindo a sua responsabilidade no combate à discriminação da comunidade LGBTI;
 - Promover ações de formação na área da igualdade e da não discriminação para funcionários e chefias da autarquia dos diferentes departamentos e vereações, de forma transversal, desconstruindo os estereótipos de género, homofóbicos, bifóbicos, transfóbicos e interfóbicos, procurando o mainstreaming na definição de políticas e ações e também com o objetivo de melhorar os serviços de atendimento e as respostas municipais às necessidades e especificidades de todos/as, combatendo assim o estigma e o preconceito ainda existente;
 - Alterar os critérios de atribuição de habitação municipal visando facilitar o acesso à população LGBTI, que está dificultado pelo facto de os critérios terem ainda por base o conceito de agregado familiar heterossexual com filhos;

- Realizar campanhas de sensibilização sobre a temática LGBTI que refiram expressamente os diversos tipos de discriminação, a sobreposição das discriminações e esclareça sobre as questões referentes à sexualidade humana e suas esferas;
- Implementar programas específicos de intervenção educacional para comunidade escolar que visem criar uma medida de apoio e empoderamento da população LGBTI do município em idade escolar, entre professores/as e alunos/as do 1º ano ao 12º ano, tendo em consideração as distintas idades e fases de aceitação, compreensão e assunção da orientação sexual, com informação sobre os temas da homossexualidade, bissexualidade, identidade e expressão de género, educando desde cedo para a igualdade e para o respeito pela diversidade existente na sociedade e na escola;
- Realizar campanha de esclarecimento das famílias sobre as questões LGBTI na busca de prevenir e erradicar o preconceito e a violência contra crianças LGBTI;
- Criar um programa de emprego específico para pessoas trans no município junto das empresas, visando diminuir ou eliminar a exclusão de pessoas LGBTI do mercado de trabalho;
- Pugnar pela possibilidade da abolição da menção de género/sexo em documentos oficiais, estudando outras formas de tratamento em matéria de igualdade de género, analisando os enquadramentos legais internacionais que caminham para processos legislativos cada vez menos centrados no binarismo de género;
- Promover a capacitação e financiamento das associações promotoras da defesa e dos direitos das pessoas LGBTI, garantindo apoios estáveis que permitam que os projetos tenham estabilidade e continuidade;
- Criar estruturas de acolhimento de emergência e de autonomização específicas para a comunidade LGBTI vítimas/sobreviventes de violência e /ou em situações de especial vulnerabilidade (como perda de habitação), incluindo a possibilidade de permanência em casal e com os

seus animais de companhia, com o devido apoio jurídico, técnico, financeiro, social e psicológico, com articulação entre os diversos municípios, evitando retirar as pessoas de perto da sua rede de apoio, se assim o pretenderem;

- Alocar verba específica no orçamento municipal para as questões LGBTI, discriminando os programas e os recursos alocados a cada um;
- Combater o isolamento da população LGBTI em meios urbanos e principalmente nos meios não urbanos, com especial foco na população idosa LGBTI;
- Promover a integração das pessoas LGBTI migrantes e requerentes de asilo e realizar intervenções em comunidades de migrantes sobre esta temática;
- Criar um espaço municipal de atendimento à vítima, Espaço Gisberta, com o objetivo de uma intervenção integrada direta na área da violência e também na área LGBTI.

As pessoas com deficiência têm direito à dignidade inalienável, à igualdade de tratamento, a uma vida independente, à autonomia e à plena participação na sociedade, sendo a acessibilidade um instrumento para o usufruto integral dos seus direitos. O PAN apresenta um conjunto de medidas com as quais pretende combater a discriminação, a exclusão e os preconceitos que as limitam ou impedem a sua integral participação na sociedade.

- Realizar interpretação simultânea em Língua Gestual Portuguesa em todas as sessões de câmara públicas e em todas as sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente nas transmissões através da Internet;
- Disponibilizar serviço de interpretação de Língua Gestual Portuguesa nos diversos serviços da autarquia, nas empresas municipais e nos equipamentos municipais (desportivos, culturais, sociais, entre outros);
- Promover um concurso para criação de uma bolsa de técnicos de Língua Gestual Portuguesa;

- Implementar a assistência permanente de um técnico de Língua Gestual Portuguesa em todas as iniciativas da autarquia;
- Publicar um relatório anual que demonstre a evolução da contratação de pessoas com deficiência nos serviços municipais, nos serviços que se encontrem sob a sua gestão, nas escolas e nas empresas onde o município participe, contendo dados quanto ao número de pessoas com deficiência que se candidatam e as que são admitidas;
- Criar apoios específicos para crianças com deficiência ou doença crónica e para os/as seus/suas cuidadores/as, garantindo que mesmo em contexto pandémico e/ou de confinamento as suas terapias e tratamentos não recuam, nomeadamente através do fornecimento de equipamentos digitais para que as consultas se mantenham;
- Priorizar habitação municipal para as pessoas com deficiência e/ou para agregados familiares com pessoas dependentes com deficiência, devendo o município dispor de um leque de imóveis adaptados às distintas necessidades;
- Adaptar todos os parques infantis e juvenis para que se tornem inclusivos e permitam a sua utilização por crianças e jovens com deficiência;
- Pugar pela isenção de pagamento de transportes públicos a pessoas com deficiência;

A COVID-19 teve graves efeitos a nível sanitário, bem como ao nível socioeconómico, afetando sobretudo as pessoas que já eram socialmente vulneráveis, como é o caso das pessoas em situação de sem-abrigo:

- Desenhar uma rede de respostas de habitação e alojamento no município, articuladas com a estratégia habitacional a nível municipal e nacional, visando responder às distintas necessidades e fases das pessoas em situação de maior vulnerabilidade e exclusão.
- Priorizar a integração das mulheres que se encontrem em situação de sem-abrigo em respostas habitacionais;

- Garantir acesso e permanência dos animais detidos por pessoas situação de sem-abrigo em todas as respostas de alojamento, criando as condições adequadas para assegurar o bem-estar dos animais e a sua permanência junto dos seus detentores;
- Financiar organizações (preferencialmente organizações constituídas por pessoas com comportamentos aditivos e dependências) que façam *advocacy* e programas que tenham na sua equipa pares.

A prostituição é um sistema com vários/as protagonistas e encontra-se na interseção de várias desigualdades, nomeadamente de género e económicas, com os estereótipos associados a nacionalidades e etnias, entre outras.

Falamos de pessoas desprotegidas e que, na sua maioria, necessitam de apoio a vários níveis para sair do sistema da prostituição, nomeadamente ao nível da saúde, habitação e emprego, sendo por isso indispensável a existência de serviços especializados que permitam a saída das pessoas que o queiram.

- Elaborar um estudo no município para compreender a organização do sistema da prostituição, as motivações, as necessidades, as vulnerabilidades e as condicionantes;
- Elaborar, em conjunto com organizações não governamentais e com a academia, um conjunto articulado de respostas de apoio à saída;
- Realizar ações de formação e de sensibilização nesta área, em articulação com as diferentes entidades que atuam nesta matéria, tendo como público alvo a Polícia Municipal, pessoas do atendimento dos serviços da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia;
- Sensibilizar a comunidade para as diversas discriminações de que as pessoas que se prostituem sofrem;

- Promover acompanhamento jurídico gratuito para as vítimas, nomeadamente no que respeita aos crimes de proxenetismo, lenocínio, tráfico de seres humanos, maus tratos e ofensas à integridade física;
- Promover financiamento a equipas de rua de organizações não governamentais que apoiem esta população, nomeadamente em matéria de saúde e acompanhamento psicológico.

●

Para o PAN os municípios desempenham um papel importante na integração de todas as pessoas, nomeadamente das pessoas que escolhem o nosso país para viver.

- Elaborar/Atualizar o Plano Municipal para a Integração de Migrantes - PMIM, assumindo um papel dinamizador na integração a nível local e na gestão dos fluxos migratórios;
- Desenvolver programas de arrendamento apoiado que tenham em consideração as vulnerabilidades próprias dos/das migrantes e refugiados/as;
- Criar, através do município, programas de habitação, complementares aos programas de acolhimento, que permitam que no fim do programa as pessoas possam ficar na mesma casa, através de pagamento de renda gradual;
- Apoiar abordagens de “baixo para cima” garantindo o envolvimento e cooperação das pessoas destinatárias das decisões, as juntas de freguesia, as organizações ou coletivos constituídos por migrantes e refugiados/as em políticas públicas municipais que os/as afetem e à sua integração;
- Estabelecer protocolos com as entidades locais promovendo várias atividades, nomeadamente ações de sensibilização para o respeito intercultural, programas lúdicos como turmas de teatro ou dança para pessoas jovens e adultas, workshops de artes ou culinária, dinamizando a partilha de diferentes culturas e promovendo a aceitação da diversidade e da interculturalidade;

-
- Disponibilizar a tradução rigorosa dos conteúdos do site do município e do resumo das principais decisões dos órgãos municipais para a língua das principais nacionalidades dos/das habitantes estrangeiros/as do município.

A promoção do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas “sem distinção de raça, sexo, língua ou religião” está consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada a 10 de Dezembro de 1948.

No PAN rejeitamos a discriminação e todas as formas de violência. Comprometemo-nos a combater o racismo, a discriminação racial e a xenofobia. Defendemos o respeito, a interculturalidade, a tolerância e a empatia.

- Promover ações de sensibilização contra o racismo e a discriminação de minorias étnico-raciais;
- Estabelecer um plano de formação obrigatória contra a discriminação racial e xenofobia para todos/as os/as funcionários/as do município e empresas municipais, considerando ações específicas para decisores/as políticos/as e detentores/as de cargos públicos de chefia (da saúde, administração local, educação);
- Apoiar as organizações não governamentais que trabalham no combate à segregação;
- Implementar uma campanha municipal de erradicação de xenofobia e racismo nas atividades desportivas federadas, não federadas e escolares;